



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS-ICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DOUTORADO EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS
ÁREA: AGROECOSSISTEMAS DA AMAZÔNIA
LINHA DE PESQUISA: RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE

**RELATÓRIO DE PESQUISA SOBRE O ESTUDO DA CADEIA DE VALOR DA
CASTANHA-DO-BRASIL NOS MUNICÍPIOS DE ORIXIMINÁ E ÓBIDOS**

Período: 06 a 16 de Fevereiro de 2014

Pesquisadora: M.Sc. Márcia Nágem Krag

Belém, Pará
Abril de 2014

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO	04
II - APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS - APL	07
II.I - EXTRATIVISTAS/COOPERATIVA	07
II.II - INDÚSTRIAS DE BENEFICIAMENTO DE CASTANHAS	11
II.II.I - Exportadora Florenzano Ltda	11
II.II.II - Indústria Mundial Exportadora Ltda	12
II.II.III - Caiba Indústria e Comércio S/A	21
III - DADOS COLETADOS JUNTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS EM ÓBIDOS	24
III.I - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Óbidos	24
III.II - Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento - Óbidos	29
III.III - Secretaria Municipal de Educação - Óbidos	29
IV - ENTREVISTAS REALIZADAS JUNTO COM A SECTI	30
IV.I - Indústria Mundial – Sr. Abraham Fortunato Chocron	30
IV.II - Caiba Indústria e Comercio S/A – Sr. José Jaime Belicha	32
IV.III - Sr. Francisco Hugo de Souza, presidente da Cooperativa Extrativista de Quilombolas do Município de Óriximiná - CEQMO.	38
IV.IV - Sr. Augusto Figueiredo, extrativista de Oriximiná	40
IV.V - Sr. André Conselheiro, extrativista de Oriximiná	42
IV.VI - Sr. Leo Eduardo de Campos Ferreira – Imaflora	43
IV.VII - Sr. Domingos Diniz, Professor e diretor da UFOPA - Campus Oriximiná	45
V - LEVANTAMENTO DE DADOS SECUNDÁRIOS	47
V.I - PRODUÇÃO NACIONAL	47
V.II - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CASTANHA-DO-BRASIL (CASTANHA-DO-PARÁ).	66
V.III - SITUAÇÃO DO MERCADO	70
V.IV - MUNICÍPIOS PARAENSES QUE MAIS SE DESTACAM NA PRODUÇÃO NACIONAL	72
VI - DESENVOLVIMENTO DO APL DA CASTANHA: PROBLEMAS, GARGALOS, POTENCIALIDADES E OPORTUNIDADES.	76
VII- APOIO AO SETOR/CADEIA DE VALOR DA CASTANHA-DO-BRASIL (CATANHA-DO-PARÁ) NA CALHA NORTE.	78
VIII - CONCLUSÃO	79
IX- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81

LISTAS DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fachada da Exportadora Florenzano Ltda, no município de Oriximiná	11
Figura 2: Fachada da Usina Boa Esperança, da indústria Mundial no município de Óbidos	12
Figura 3: Fachada da Caiba Indústria e Comercio S/A, no município de Óbidos	21
Figura 4: Participação dos principais produtos no valor total da produção extrativista vegetal não-madeira-Brasil-2003	47
Figura 5: Participação dos principais produtos no valor total da produção extrativista vegetal não-madeira-Brasil-2004	49
Figura 6: Participação dos principais produtos no valor total da produção extrativista vegetal não-madeira-Brasil-2005	51
Figura 7: Exportação de produtos não-madeiros, Castanha-do-Pará – Mercado internacional em 25 anos (1989 a 2013)	67
Figura 8: Movimentação da produção, consumo interno e das exportações entre os anos de 2001 a 2011	68
Figura 9: Castanha do Brasil – Preço recebido Produtor	69
Figura 10: Produção de Castanha do Brasil na Região Norte, de 2009 a 2012	71
Figura 11: Produção de castanha-do-Brasil nos municípios de Oriximiná e Óbidos considerando os anos de 2000 a 2012	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Terras quilombolas tituladas, pertencentes ao município de Oriximiná	08
Quadro 2: Quantidade e valor da produção de castanha-do-pará em 2003	48
Quadro 3: Quantidade e valor da produção de castanha-do-pará em 2005	52
Quadro 4: Quantidade e valor da produção de castanha-do-pará em 2006	53
Quadro 5: Quantidade e valor da produção de castanha-do-pará em 2008	56
Quadro 6: Quantidade e valor da produção de castanha-do-pará em 2009	58
Quadro 7: Quantidade e valor da produção de castanha-do-pará em 2010	60
Quadro 8: Quantidade e valor da produção de castanha-do-pará em 2011	62
Quadro 9: Quantidade e valor da produção de castanha-do-pará em 2012	64
Quadro 10: Agentes mercantis na comercialização de castanha-do-Brasil na Calha Norte, Pará	75
Quadro 11: Compilações a cerca da economia da cadeia de valor da castanha do Brasil na Calha Norte, Pará	76
Quadro 12: Compilações a cerca do manejo e produção da Castanha-do-Brasil na Calha Norte, Pará	77
Quadro 13: Compilações a cerca da organização, comercialização e industrialização da Castanha-do-Brasil na Calha Norte /Pará	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantidade produzida e participação relativa e acumulada de Castanha-do-Pará, dos vinte maiores municípios em 2004	50
Tabela 2: Quantidade produzida e participação relativa e acumulada de Castanha-do-Pará, dos vinte maiores municípios em 2005	52
Tabela 3: Quantidade produzida e participação relativa e acumulada de Castanha-do-Pará, dos vinte maiores municípios em 2006	54
Tabela 4: Quantidade produzida e participação relativa e acumulada de Castanha-do-Pará, dos vinte maiores municípios em 2007	55
Tabela 5: Quantidade produzida e participação relativa e acumulada de Castanha-do-Pará, dos vinte maiores municípios em 2008	56
Tabela 6: Quantidade produzida e participação relativa e acumulada de Castanha-do-Pará, dos vinte maiores municípios em 2009	59
Tabela 7: Quantidade produzida e participação relativa e acumulada de Castanha-do-Pará, dos vinte maiores municípios em 2010	61
Tabela 8: Quantidade produzida e participação relativa e acumulada de Castanha-do-Pará, dos vinte maiores municípios em 2011	63
Tabela 9: Quantidade produzida e participação relativa e acumulada de Castanha-do-Pará, dos vinte maiores municípios em 2012	65
Tabela 10: Quantidade produzida e participação relativa e acumulada de Castanha-do-Pará, nos municípios de Oriximiná e Óbidos de 2004 a 2012	73

RELATÓRIO DE PESQUISA SOBRE O ESTUDO DA CADEIA DE VALOR DA CASTANHA-DO-BRASIL NOS MUNICÍPIOS DE ORIXIMINÁ E ÓBIDOS

Período: 06 a 16 de Fevereiro de 2014

I. INTRODUÇÃO

Com intuito de realizar pesquisa sobre a cadeia de valor da Castanha-do-Brasil (Castanha-do-Pará), identificando os agentes econômicos envolvidos, as redes de comercialização e a respectiva configuração do APL da castanha nos municípios de Oriximiná e Óbidos, foi realizada pesquisa de campo para levantamento de dados no período de 06.02.2014 a 16.02.2014 nos municípios de Santarém, Oriximiná e Óbidos. A ida a campo compreendia ainda a participação no evento "Seminário - Fortalecendo a governança das cadeias de valor dos produtos da sociobiodiversidade: o caso da castanha-do-Brasil na Calha Norte, Pará" idealizado pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, do Estado do Pará e pela Universidade Livre de Berlin.

A referida pesquisa teve a abordagem metodológica guiada pelo Termo de Referência estabelecido pela Coordenadora do Projeto Puxirum, Dra. Dörte Segebart, da Universidade Livre de Berlim-ULB, além da aplicação de questionário idealizado pelo professor Dr. Antônio Cordeiro de Santana, da Universidade Federal Rural da Amazônia-UFRA, para estudos de identificação, caracterização e desempenho de APL's na região amazônica.

O cronograma de atividades executadas durante o período da pesquisa compreendeu:

- **Dia 06.02.2014:** Deslocamento aéreo de Belém para Santarém pela parte da tarde.
- Translado do aeroporto até o local de acomodação em uma pensão familiar.
- **Dia 07.02.2014:** em Santarém, organização do material de pesquisa e estabelecimento de contatos nos municípios de Oriximiná e Óbidos.
- **Dia 08.02.2014:** reunião pela parte da manhã com o Professor Dr. Ricardo Scoles na Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA, para definição de logística de campo, estabelecimento de contatos com o público

alvo da pesquisa, definição de acomodações nos municípios e levantamento de alguns dados compartilhados pelo professor.

▪ **Dia 10.02.2014:** deslocamento fluvial (lança rápida) para o município de Oriximiná pela parte da tarde.

- Acomodações em uma pensão familiar.
- Visita técnica a Exportadora Florenzano Ltda

▪ **Dia 11.02.2014:** visita técnica a Associação dos Remanescentes de Quilombolas do Município de Oriximiná-ARQMO e Cooperativa Extrativista de Quilombolas do Município de Oriximiná-CEQMO.

- Aplicação de questionário com representante da associação/cooperativa de extrativistas/coletores de castanha.
- Aplicação de questionários com extrativistas/coletores de castanha.
- Deslocamento fluvial (barco) à noite para o município de Óbidos.

▪ **Dia 12.02.2014:** aplicação do questionário para identificação, caracterização e desempenho de APL, na Indústria Mundial Ltda e tentativa em duas ocasiões de aplicação de questionário com a Caiba Indústria e Comércio S/A.

▪ **Dia 13.02.2014:** participação no Seminário "Fortalecendo a governança das cadeias de valor dos produtos da sociobiodiversidade: o caso da castanha-do-Brasil na Calha Norte, Pará. Participação como ouvinte pela manhã e palestrante/moderadora pela tarde.

- Aplicação de questionário com extrativistas/coletores de castanha.
- Tentativa de aplicação de questionário com a Secretaria de Educação de Óbidos.

▪ **Dia 14.02.2014:** Participação no Seminário como ouvinte pela manhã e pela tarde.

- Aplicação de questionário com extrativistas/coletores de castanha.

- Aplicação de questionário com representante da SEMMA Óbidos
- Visita técnica a Caiba Indústria e Comércio S/A, para acompanhamento do processamento industrial da castanha e na Indústria Mundial Ltda para conhecer as instalações da indústria (estava parado o processamento).

A seguir é apresentada a compilação dos resultados obtidos na pesquisa subdivididos em itens norteadores.

Ressalta-se que esta pesquisa está vinculada ao projeto de Doutorado em Ciências Agrárias da Universidade Federal Rural da Amazônia, intitulado **“ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DO EXTRATIVISMO DA CASTANHA-DO-BRASIL (*BERTHOLLETIA EXCELSA*) NA REGIÃO DA CALHA NORTE, PARÁ”**. O referido projeto de pesquisa faz parte do Programa Novas Parcerias-NoPa, vinculado ao Projeto: construção de parcerias e redes para a implementação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade na Amazônia brasileira: economias locais sustentáveis e cadeias de valor dos produtos extrativistas - o caso da Castanha-do-Brasil.

II. APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS - APL

Foram aplicados 10 questionários, compreendendo: 1 indústria de beneficiamento (Óbidos), 6 coletores/produtores (Oriximiná), 1 associação de quilombolas (Oriximiná), 2 secretarias municipais de Óbidos.

II.I - EXTRATIVISTAS/COOPERATIVA

Entre os dias 11 a 13/02/2013 foram entrevistados 06 extrativistas/coletores de castanhas, naturais das comunidade de Abuí e Nova Betel, em Oriximiná. Ambos com escolaridade que varia entre ensino fundamental incompleto a completo. Nas famílias o número de pessoas fica entre 03 a 05 membros.

Apresentam renda familiar de aproximadamente um (1) salário mínimo (R\$ 724,00). Esta renda é alcançada com a coleta e venda de castanhas, além da produção de mandioca, milho e feijão e, também, a produção de biscoitos de castanha e artesanatos com resíduos da castanha. A mão-de obra é toda familiar.

Os entrevistados são cooperados da ARQMO/CEQMO (Associação/Cooperativa Extrativista Quilombola do Município de Oriximiná), que tem mais de 1.000 sócios que efetuam pagamento de taxa de R\$ 10,00 ao ano para a associação e de R\$ 60,00 a taxa de cota da cooperativa.

Atuam nos territórios quilombolas de Alto Trombetas I, Alto Trombetas II, Erepecuru, Paraisinho e Trombetas.

Alguns desses territórios já existem áreas destinadas aos quilombolas, por titularidade, como é o caso do território de Trombetas, um dos territórios mais distantes (cerca de 25km das comunidades), com área titulada de aproximadamente 81 mil hectares. A área de Alto Trombeta I, possui 79 mil hectares de terras tituladas, além de áreas de Reserva Biológica (Rebio) e Floresta Nacional (Flona). O território de Erepecurú abrange aproximadamente 218 mil hectares, tendo áreas tituladas aos quilombolas, Rebio e Flona e é um dos territórios mais distantes das comunidades (cerca de 20 a 25km).

No quadro 1 abaixo, estão destacadas as terras quilombolas no município de Oriximiná, tituladas.

Quadro 1: Terras quilombolas tituladas, pertencentes ao município de Oriximiná.

BOA VISTA
Titulada pelo Incra em 1995. Dimensão: 1.125,0341 hectares. Comunidade: Boa Vista
ÁGUA FRIA
Titulada pelo Incra em 1996. Dimensão: 557,1355 hectares. Comunidade: Água Fria
TROMBETAS
Titulada pelo Incra e pelo Iterpa em 1997. Dimensão: 80.887,0941 hectares. Comunidades: Mussurá, Bacabal, Arancuan de Cima, Arancuan do Meio, Arancuan de Baixo, Serrinha, Terra Preta II e Jarauacá.
EREPECURU
Titulada pelo Incra e pelo Iterpa em 1997. Dimensão: 218.044,2577 hectares. Comunidades: Poço Fundo, Acapú, Jarauacá, Varre Vento Erepecurú, Boa Vista Cuminá, Santa Rita, Jauari, Araçá, Espírito Santo, São Joaquim e Pancada.
ALTO TROMBETAS
Parcialmente titulada pelo Iterpa em 2003/Título retificado pelo Termo de Retificação Iterpa, de 17/12/2010. Dimensão: 61.211,9600 hectares Porção a ser titulada (Processo Incra nº 54100.002189/2004-16). Dimensão estimada: 151.923 hectares. Comunidades: Abuí, Paraná do Abuí, Tapagem, Sagrado Coração de Jesus e Mãe Cué.
JAMARI/ÚLTIMO QUILOMBO
A ser titulada (Processo Incra nº 54100.002185/2004-20). Dimensão estimada: 138.822 hectares. Comunidades: Juquirizinho, Juquiri Grande, Jamari, Curuçá, Palhal, Último Quilombo do Erepecú e Nova Esperança.
MOURA
A ser titulada (Processo Incra nº 54100.002186/2004-74). Dimensão estimada: 18.491 hectares. Comunidade: Moura.
ARIRAMBA
A ser titulada (Processo Incra nº 54100.000755/2005-28; Processo Iterpa nº 2005/315528). Dimensão estimada: 23.418 hectares. Comunidade: Nova Jerusalém

Fonte: adaptado de Andrade, 2011.

Quanto aos procedimentos de coleta, a safra inicia-se no mês de janeiro, estendendo-se até o mês de maio. Durante este período, os coletores vão quase todos os dias aos castanhais, dependendo das distâncias. Trabalham em grupos de 10 pessoas em média.

Os procedimentos de coleta compreendem: **coleta dos ouriços nas proximidades das castanheiras ---> junção dos ouriços em uma determinada área dentro da floresta ---> quebra e seleção dos ouriços (geralmente em cima de lonas plásticas) ---> ensaca para o transporte ---> transporte até as comunidades (para as suas casas ou para os armazéns) ---> nova separação/seleção ---> secagem.**

Os coletores ressaltam que costumam deixar na área dos castanhais, dois ouriços por castanheira, para permitir seguimento dos processos ecológicos das mesmas.

Já nas comunidades, o tempo máximo de armazenamento é de 15 dias. A secagem ocorre nas sacas, em caixas e em “giraus” (espécie de mesa suspensa a uns 90 cm do chão).

Existem nove (9) armazéns com capacidade de armazenar até 500 caixas, distribuídos nas comunidades quilombolas do município de Oriximiná.

Cabe ressaltar que nos territórios de Alto Trombetas I e II a mão-de-obra feminina é forte, com destaque as atividades de separação e secagem.

O tipo de transporte dos castanhais até as comunidades compreende: carros com tração animal (carroças), canoas, rabetas (canoas com motor), barcos, carro ou pequenos caminhões. O escoamento da produção também é feito por esses tipos de transporte. A ARQMO/CEQMO possui barco próprio para escoar a produção dos seus associados/cooperados. Tem custo médio de R\$ 130,00 por viagem com óleo diesel para levar a produção de Oriximiná ao município de Óbidos. O barco tem capacidade para transportar até 500 caixas (200 hectolitros). Existe ainda custo para carregar as caixas e/ou sacas com castanhas do barco até o carro que leva as indústrias, uma média de R\$ 5,00 por caixa/saca.

De acordo com os coletores entrevistados, uma pessoa é capaz de coletar até duas caixas/dia, o que corresponde a aproximadamente 50 a 60 kg dependendo do tamanho das amêndoas. A unidade trabalhada com a castanha é o hectolitro, que corresponde a 2 caixas e meia (caixas com capacidade de 40 litros) ou ainda, a 5 latas. A produtividade média de uma árvore durante a safra é de 10 caixas (de 40litros), segundo os mesmos.

Em ralação as principais dificuldades apontadas pelos coletores na atividade de coletas estão: apoio governamental, considerado por eles como

mediano; conseguir produzir com qualidade, considerando as questões fitossanitárias; vender a produção, pois há diferenciação nos preços praticados e a determinação por parte das indústrias; custos de transporte, os altos custos com transportes fazem com que alguns coletores vendam sua produção diretamente a atravessadores locais; insalubridade do serviço, como acidentes ofídicos (mordidas de cobras), quedas de ouriços na cabeça e acidentes com utensílios (facões); dificuldade de acesso aos castanhais, alguns muito distantes e com muitas barreiras geográficas (cachoeiras, corredeiras, etc).

O destino da produção são predominantemente os municípios de Oriximiná e Óbidos. A entrega pode ser feita às associações ou aos atravessadores (locais e regionais) que por sua vez repassam as indústrias locais ou regionais.

Alguns coletores comercializam sua produção direto com atravessadores, que compram por caixas ou por baldes (de 20 litros). Neste tipo de conversão é que se observa o ganho dos atravessadores, pois os mesmos têm benefícios em relação à medida do produto, onde esses ganhos giram em torno de R\$ 2,00 a R\$ 3,00 segundo os extrativistas/coletores.

Em relação aos preços praticados, no ano de 2012, a caixa (40l) foi comercializada a um preço médio de R\$ 35,00, já no ano de 2013 a caixa custou em média R\$ 40,00 e em 2014 a caixa está custando (até a data da pesquisa) R\$ 35,00 a caixa.

Até a data da pesquisa (06 a 16 de fevereiro), os preços que estavam sendo comercializados, de acordo com o presidente da ARQMO/CEQMO, Sr Francisco Hugo de Souza eram os seguintes:

- R\$ 90,00 (hectolitro) da castanha graúda, para empresa Mundial exportadora, no município de Óbidos;
- R\$ 62,50 (hectolitro) da castanha miúda para empresa Mundial exportadora, no município de Óbidos;

A exportadora Mundial já chegou a pagar até R\$ 130,00 o hectolitro da castanha graúda, na safra passada.

- R\$ 40,00 (hectolitro) da castanha graúda, para empresa Florenzano exportadora, no município de Oriximiná;
- R\$ 25,00 (hectolitro) da castanha miúda, para empresa Florenzano exportadora, no município de Oriximiná.

Importante ressaltar que os preços são estabelecidos pelos proprietários das indústrias conforme informado pelos extrativistas.

Quanto à assistência técnica relatam receber auxílio da empresa EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará). A SAGRI em Oriximiná também tem atuado executando palestras envolvendo temas do meio ambiente junto às comunidades quilombolas.

Em relação à emissão de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), segundo o Srº Antonio Carlos Printes (coordenador financeiro da ARQMO/CEQMO) existem 48 DAP's emitidas para quilombolas.

Outro fator destacado é que segundo os entrevistados, ocorrem apenas 5% de perdas nas boas práticas.

II.II - INDÚSTRIAS DE BENEFICIAMENTO DE CASTANHAS

II.II.I – Exportadora Florenzano Ltda

O levantamento de dados incluía a visita técnica a três indústrias de beneficiamento de castanhas sendo uma no município de Oriximiná, indústria Florenzano, e duas no município de Óbidos, sendo a indústria Mundial e a indústria Caiba. No dia 10/02/2014, em visita a Exportadora Florenzano Ltda (Figura 1) fui atendida pela Sra. Neide Soares (assessora do Sr. Casemiro Florenzano, proprietário) e a Sta. Cecília Mackena.



Figura 1: Fachada da Exportadora Florenzano Ltda, no município de Oriximiná.
Fonte: Marcia Krag, 2014.

Na ocasião expliquei o objetivo da pesquisa e o instrumento de coleta de dados. Como o Sr. Casemiro Filho não estava no município, não foi possível levantamento de dados sobre a indústria, tendo em vista que as funcionárias não são autorizadas a prestar informações sem autorização do Sr. Casemiro. O mesmo estava em viagens aos Estados do Amazonas e Acre e posteriormente a Belém, tratando sobre comercialização de castanhas. Neste sentido, não foi possível levantamentos de dados específicos do APL junto à empresa Florenzano. A Sra. Neide forneceu o contato de agentes intermediários da comercialização (atravessadores); o Sr Angelo (93 9138-8812) e o Sr Toninho (93 9128-0645). Tentei entrar em contato, no entanto, ambos estavam em viagens às comunidades para comprar castanhas e só retornariam ao município de Oriximiná no fim do mês de fevereiro.

II.II.II Indústria Mundial Exportadora Ltda

No dia 12/02/2013 foi realizada a visita às dependências da empresa Mundial Exportadora e Comercial Ltda, mas precisamente a Usina Boa Esperança (Figura 2).



Figura 2: Fachada da Usina Boa Esperança, da indústria Mundial no município de Óbidos. / Fonte: Marcia Krag, 2014.

Recebida pela Assessora da empresa, Sra. Renata Pamplona Novaes de Oliveira e o diretor, Sr. Abraham Fortunato Chocron.

A indústria Mundial teve sua fundação no ano de 1987, no entanto atua na atividade de exportação desde o ano de 1973. Tem como principal atividade a industrialização e beneficiamento de castanhas. Aponta como principal vontade de crescimento da empresa, na diversificação de seus produtos.

A empresa é considerada de porte médio com aproximadamente 120 funcionários entre temporários e fixos. Aponta como principais formas de seleção de seus funcionários, a experiência profissional, a indicação por terceiros e o nível de escolaridade.

Dentre os principais objetivos da empresa estão: aumentar o volume de suas vendas, maximizar o lucro e, investir em tecnologias, qualidade e inovação.

Quanto as principais dificuldades na operação da empresa destacam como sendo dificuldade alta: contratar empregados qualificados, produzir com qualidade (considerando as exigências nacionais e internacionais), os custos de produção, o capital para aquisição de máquinas e equipamentos, o pagamento de juros e empréstimos e, as taxas e impostos do segmento. Como dificuldades médias apontam a venda da produção, considerando principalmente a logística de transporte e os custos para aquisição/locação de instalações.

Em relação à escolaridade do pessoal ocupado são caracterizados: ensino superior completo ou incompleto (sócios proprietários, gerentes e técnicos), ensino médio completo (técnico administrativo) e fundamental incompleto (operários). No que concerne as principais áreas onde a empresa tem realizado treinamento com os funcionários estão: cursos em relação à qualidade do produto, segurança/medicina no trabalho, informática.

A empresa possui doze (12) fornecedores fixos (vendedores de castanhas). Os tipos de fornecedores que mais se relaciona são os individuais (atravessadores) e os prestadores de serviços e insumos. Indica como os três principais critérios para seleção dos seus fornecedores a qualidade do produto, o preço da matéria-prima e a pontualidade na entrega.

Os principais produtos trabalhados pela empresa são: castanha com casca e castanha sem casca.

A produção estimada da empresa entre os anos de 2011 a 2013 foram:

Ano	Quantidade produzida (t)
2011	Castanha com casca: 380 toneladas
	Castanha sem casca: 770 toneladas
2012	Castanha com casca: 1200 toneladas
	Castanha sem casca: 1200 toneladas
2013	Castanha com casca: 200 toneladas
	Castanha sem casca: 440 toneladas

A principal matéria prima utilizada pela empresa é a castanha *in natura*, comprada ao preço de R\$ 90,00 o hectolitro. Também há custos com materiais de embalagens de primeira e segunda linha como sacos plásticos (R\$ 1,94 unidade), sacos de juta (R\$ 2,95 unidade – 20kg); caixas de papelão (preço varia de R\$ 1,69 a 8,65 a unidade); fitas de fechamento (R\$ 7,44 kg); etiquetas para rotulagem (R\$ 20,00 a 23,80 o rolo de 450m).

Existem os custos com material para os funcionários como capacete (R\$ 25,00 unid), avental (R\$ 7,40 unid), tocas (R\$ 10,82 cacote com 100 unid), botas (R\$ 43,00), protetores auriculares (R\$ 0,80 unid), luvas (R\$ 5,00 unidade), óculos de proteção (R\$ 3,00 unid), máscaras (R\$ 25,00 pacote com 50 unid), blusas (R\$ 15,00 a 30,00 unid) e jalecos (35,00 unid).

Quanto a serviços de manutenção como desinsetização, desratização, limpeza de caixas d'água, limpezas de ar condicionado, calibração de balanças, há um custo médio mensal de R\$ 5.000,00. Já com equipamentos de produção como balança, medidor de umidade, termômetros, nanômetros e termohigrômetro há um custo médio que varia entre R\$ 300 a R\$ 600,00 por mês.

A matéria prima é 100% de origem dos extrativistas.

A empresa destaca manter-se informada com dados sistemáticos e regulares sobre concorrentes locais, preços praticados pelas empresas locais e concorrentes de outros estados.

Tem como principais clientes o comércio varejista e comércio atacadista. A maior parte de sua produção é comercializada com a empresa Pribel

Comércio Importação e Exportação Ltda, responsável pela revenda do produto no mercado nacional e internacional.

A base de seus principais clientes internacionais são: Bloco Asiático, África e Nafta (Estados Unidos, México e Canadá). Já a base do mercado nacional é a região sudeste do país.

Dentre os principais fatores que favorecem a inserção da empresa no mercado nacional/internacional estão o preço competitivo, o tipo de produto (castanha, vários tipos), e a qualidade do produto. Atualmente os cinco principais problemas de acesso a outros mercados (nacional/internacional) têm sido as barreiras fitossanitárias em relação à aflotoxinas; exigências legais dos clientes (sistemas próprios de qualidade); produtos substitutos (castanha de caju, nozes); o fato do produto não ter um preço competitivo e, as burocracias excessivas.

As principais exigências do mercado para exportação vêm incidindo sobre as exigências fitossanitárias (padrão MAPA), as normas técnica para os produtos (qualidade) e o padrão de embalagens.

A empresa diz acompanhar as tendências do mercado através de feiras e congressos, informações repassadas pelos clientes e pelos fornecedores de equipamentos e insumos.

Entre as estratégias que a empresa vem utilizando para manter-se no mercado estão a realização de pesquisa de preços dos concorrentes, a utilização de tecnologia para aproveitamento de matéria-prima e redução de custos e, fazendo investimentos na qualidade do produto.

A empresa ressalta que os principais fatores que influenciam o preço do produto são o custo da matéria-prima, custo de mão-de-obra, impostos e taxas, despesas portuárias, custos com energia, custos de transporte no país, corretagem de câmbio e as despesas administrativas. A logística de transporte utilizada pela empresa é a fluvial-rodoviária.

Quanto ao controle de qualidade na produção ele é realizado em algumas etapas do processo produtivo. Em relação aos insumos e equipamentos este controle é realizado no recebimento.

As principais normas técnicas adotadas pela empresa quanto ao processo são as da série ISO, da NBR e as específicas dos clientes (certificação orgânica, certificação Kocher, judaica e a certificação Halal,

mulçumana). Já em relação ao produto essas normas são as da série ISO e as específicas dos clientes. Utilizam ainda como técnica da produção, controle estático de processos e a certificação 5S.

Os principais obstáculos apontados para implantação de programas de qualidade e produtividade na empresa têm sido a falta de recursos financeiros (muito caro), nível de qualificação profissional e a inexistência de serviços específicos na região.

Em relação aos equipamentos da empresa, 50% têm em média dois (2) anos de uso, 30% tem de 3 a 5 anos de uso e 20% de 6 a 10 anos de uso.

A empresa é dividida por departamentos de produção, de vendas, de pessoal, de marketing, de contabilidade, de compras de insumo e de manutenção. Utilizam programas de computador no gerenciamento administrativo, contabilidade, vendas, produção e no departamento de pessoal.

No que se refere ao desempenho da empresa nos últimos anos, o número de empregados e a margem de lucro da empresa permaneceram, enquanto que a evolução do volume de vendas, os custos de produção e a participação da empresa no mercado, aumentaram.

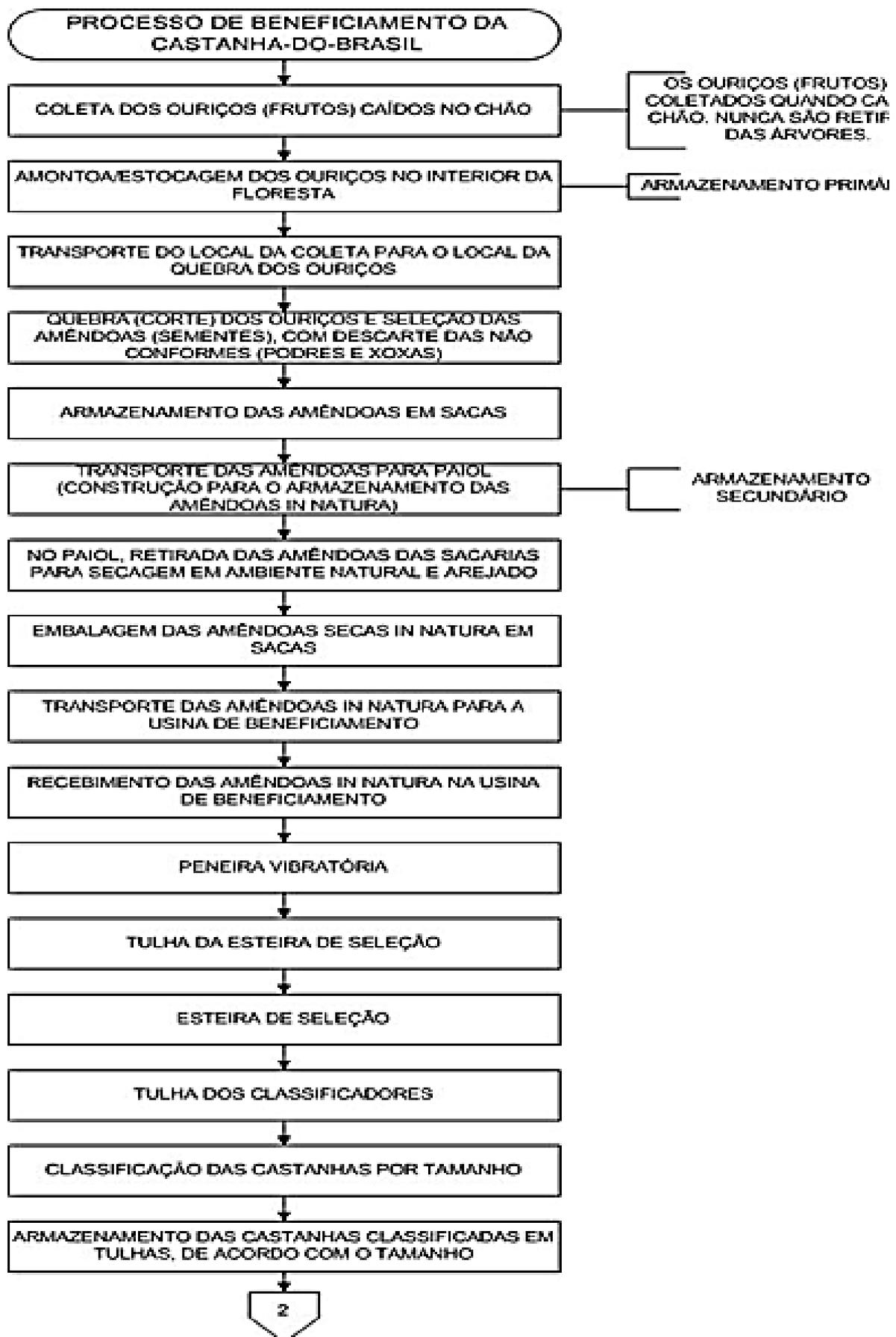
A empresa Mundial tem conhecimento dos limites máximos aceitáveis de aflotoxina dos países com que mantém relações comerciais, conforme informados no quadro abaixo:

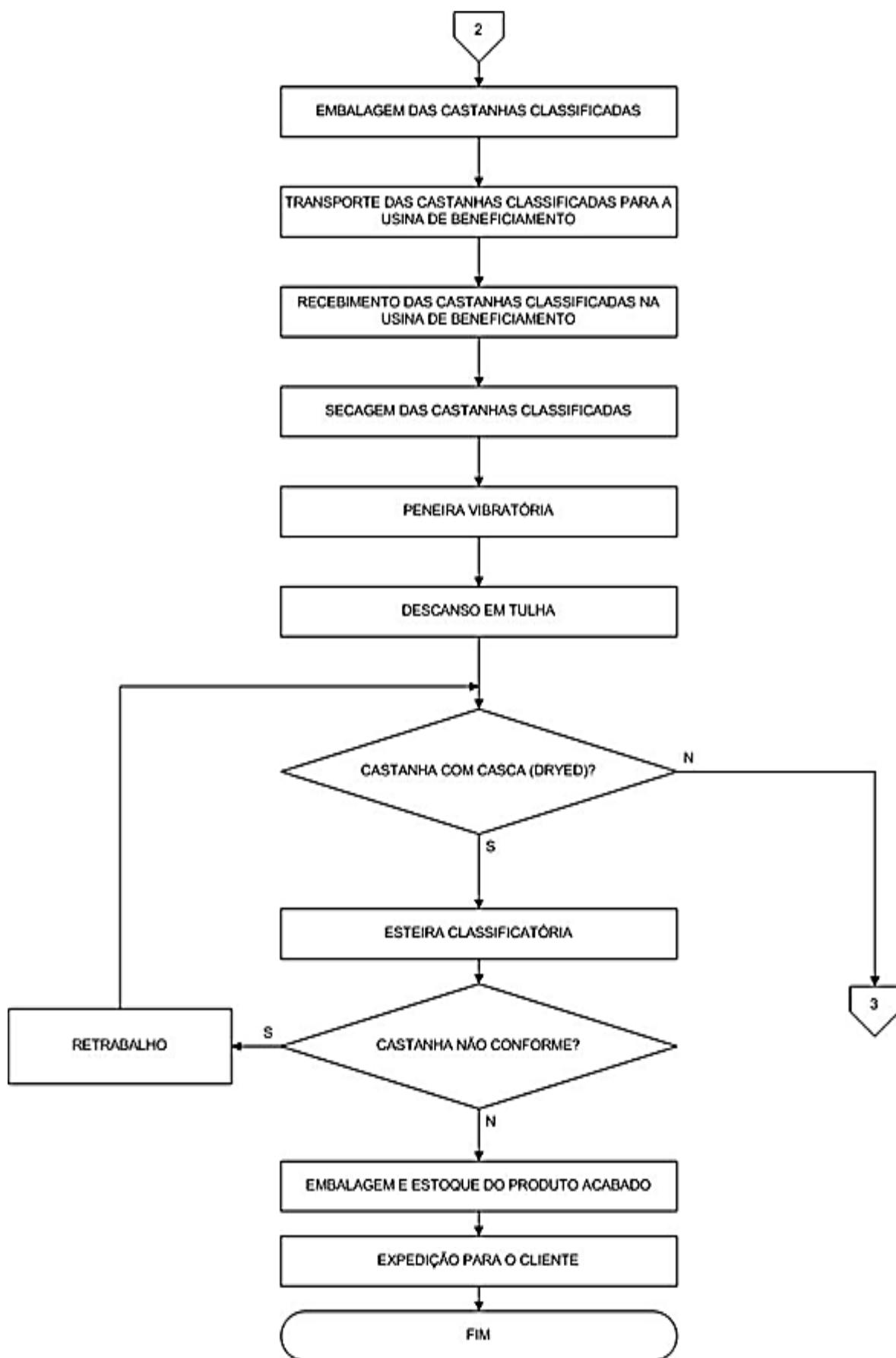
TABELA DOS LIMITES MÁXIMOS ACEITÁVEIS DE AFLATOXINA

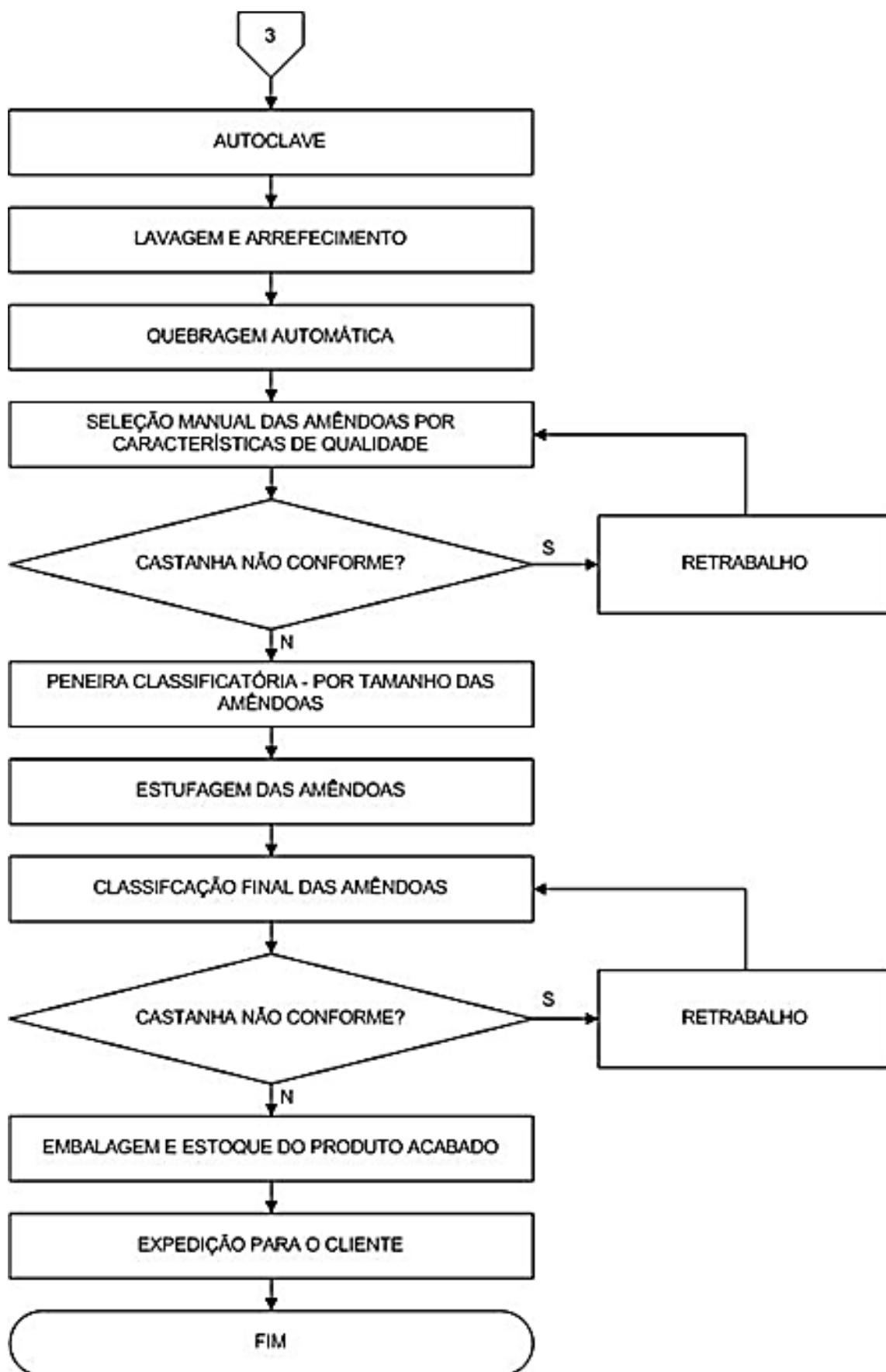
Brasil	Castanha com casca para consumo direto: Máx. 20µg/kg Castanha sem casca para consumo direto: Máx. 10µg/kg Castanha sem casca para processamento posterior: Máx. 15µg/kg Em consonância com a RDC 37 de 22 de fevereiro de 2011.
Estados Unidos	Máx. 20ppb (20µg/kg)
Comunidade Européia	Máx. 4ppb (4µg/kg) – regulamento 98/53 16 de julho de 1998 .
Austrália	Máx. 15ppb (15µg/kg)

Quando ocorrerem exportações para países fora da tabela acima, a Mundial busca obter evidências sobre os limites aplicáveis a cada país, ou quando não obtiver seguir a legislação brasileira.

Em relação às etapas dos processos de produção da Usina Boa Esperança – Indústria Mundial ocorrem de acordo com o fluxograma abaixo:







Fonte: Mundial/Pribel - Plano de Manejo Tradicional e Orgânico, 2013.

Existem armazéns para a castanha *in natura*, para estocagem de produto acabado e para estocagem de embalagens.

Cabe ressaltar, que para a produção orgânica, são coletadas castanhas da área de reserva da Fazenda Bela Esperança, de propriedade do Sr. Abraham Fortunato Chpocron. A fazenda possui área de 367 hectares e produz em média de 740 toneladas por safra.

Nas áreas de coletas da fazenda, o processo ocorre de acordo com a sequência abaixo descrita:

- 1) Coleta do ouriço no interior da floresta;
- 2) Junção dos ouriços para quebra;
- 3) Quebra dos ouriços e retirada das castanhas;
- 4) Armazenamento das castanhas em paiol;
- 5) Embalagem das castanhas em sacos de polipropileno;
- 6) Transporte para a usina de beneficiamento.

Quanto à produção convencional, são adquiridas castanhas de diversos extrativistas/coletores dos municípios da região, tendo como principais fornecedores da Indústria Mundial: os extrativistas, a população indígena, a população quilombola e comerciantes regionais (atravessadores).

No mercado interno tem como clientes a rede Makro atacadista; o grupo Pão de Açúcar e a empresa de alimentos Seven Boys. Como cliente externo destacam-se a Ásia, África e América do Norte.

A indústria destaca como sendo os principais desafios para o desenvolvimento da atividade na região:

- Incentivos fiscais; redução de impostos;
- Parceria com entidades de pesquisa para a melhoria dos processos e do produto;
- Segurança do produto;
- Aflotoxinas (Laboratórios locais para realizar análises);
- Padrão de qualidade do produto;
- Matéria-prima de qualidade;
- Mão-de-obra qualificada;
- Tecnologia;
- Melhoria dos processos: Certificações.

II.II.III - Caiba Indústria e Comércio S/A

Nos dias 12 e 13/02/2014 foram realizadas duas visitas técnicas a Caiba Indústria e Comércio S/A (Figura 3). Na ocasião, atendida pelo administrador Sr. José Jaime Belicha, foi apresentado o objetivo da pesquisa e o instrumento de coleta de dados. O Sr. Jaime explicou estar muito ocupado pelo fato da indústria estar operando com processamento das castanhas, fato este que dificultava disponibilizar tempo para resposta aos quesitos do questionário. Mostrou-se disponível para que esta aplicação ocorra em outro momento.



Figura 3: Fachada da Caiba Indústria e Comercio S/A, no município de Óbidos

Fonte: Marcia Krag

Durante os dias do Seminário “Fortalecendo a governança das cadeias de valor dos produtos da sociobiodiversidade: o caso da castanha-do-Brasil na Calha Norte, Pará”, ocorrido nos dias 13 e 14/02/2014, tentou-se novamente a coleta de dados com Sr. Jaime, no entanto, em função das dinâmicas do evento, e a participação de ambos, não foi possível dar seguimento a coleta.

O evento previa visitas técnicas as indústrias de castanha do município de Óbidos, oportunidade esta em que se pode acompanhar as etapas de processamento que estavam ocorrendo na indústria Caiba, descrita no fluxograma a seguir.

CASTANHA COM CASCA

Recebimento da matéria-prima in natura
(castanhas com casca)

Armazenamento e estocagem das
amêndoas com casca na empresa

Passam pela peneira vibratória e esteira de
seleção

Classificação por tamanhos
(graúdas, médias e miúdas)

As amêndoas são autoclavadas para
separar a casca da amêndoa

As amêndoas passam pela etapa de
resfriamento (água fria)

Etapa de secagem

Etapa de quebra automática

CASTANHA SEM CASCA

Seleção mecanizada das amêndoas
descacadas

Desidratação das amêndoas (em estufas)

Classificação manual para separação por
tamanhos e por qualidade

Embalagem (sacos de alumínio dentro de
caixas de papelão padrão internacional de 20
kg)

Fechamento das embalagens a vácuo

Produto acabado

Fonte: elaborado pela autora com base na visita técnica a empresa CAIBA no dia 14/02/2014 e o acompanhamento do processamento industrial de castanhas na referida data.

A empresa não permitiu imagens durante a visita técnica.

Material disponibilizado durante a visita reportam que a Caiba Indústria e Comércio S/A foi fundada na década de 40, posteriormente, foi adquirida e dinamizada pelo Sr. José Jayme Bittencourt Belicha. Atuou na exportação de óleo essencial de pau-rosa e paralelamente na compra, prensagem e venda de juta no mercado nacional, por um período de mais de 30 anos, quando este produto era de grande importância para a economia do Estado do Pará.

Em 1984 a CAIBA iniciou a exportação de Castanha-do-Brasil (Castanha-do-Pará) com casca e sem casca, a partir de portos e aeroportos brasileiros para os E.U.A, Canadá, Israel, Alemanha, França, Holanda, Itália, África do Sul, Países Árabes, China, Hong-Kong, Austrália, Nova Zelândia, Tunísia, sem deixar de atuar no mercado brasileiro, com atacadistas e indústrias, incluindo as multinacionais do setor de cosmético e perfumaria.

A empresa conta com uma usina, onde é feita toda a recepção da matéria-prima, beneficiamento e comercialização, dentro dos padrões de qualidade exigidos pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Gera em torno de 400 empregos diretos e indiretos durante o período da safra. Atualmente a empresa trabalha com diversos produtos naturais amazônicos.

Quanto às castanhas trabalham com os tipos: com casca - 80/100, 60/70, 57/65, 45/50, 40/45, 35/40 e sem casca /descascada-miúda, média, graúda, ferida e pedaço.

Quanto às embalagens são do tipo: castanha com casca em sacos de juta de 25 kg líquidos e/ou 50 kg líquido e a castanha sem casca em embaladas a vácuo em sacos de alumínio de 20 kg líquidos e posteriormente acondicionados em caixas de papelão, padrão exportação.

A empresa possui a Certificação Kosher, emitida pelo Beto Chabad de Belém/PA, com reconhecimento internacional. Seus produtos têm como principais usos nas indústrias de chocolates, barras de cereais, cookies, doces, bolos, indústria de alimentos e como "*mixed nuts*".

A empresa trabalha ainda com fava de cumaru natural e cristalizada, óleo de andiroba, bálsamo de andiroba, óleo de copaíba, bálsamo de copaíba, óleo essencial de pau rosa, fava de cerejeira, guaraná em pó e em grão e óleo de castanha.

III - DADOS COLETADOS JUNTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS EM ÓBIDOS

III.I - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Óbidos

Coleta de dados junto ao Secretário de Meio Ambiente com senhor Vinícius Picanço Lopes, secretário municipal de meio ambiente, foram ressaltados os seguintes pontos:

1) Como a SEMMA vem atuando no apoio ao Arranjo Produtivo Local (APL) da Castanha-do-Brasil no município?

R= Dadas as suas limitações físico-estruturais a SEMMA Óbidos tem promovido de forma discreta o acompanhamento das informações e indicadores relacionados à cadeia produtiva da castanha no Município. De forma mais contundente, a SEMMA desenvolve ações preventivas e coercitivas nas áreas de castanhais que, sabidamente, encontram-se ameaçadas pelo avanço de atividades agrossilvipatoris e pelo comércio ilegal de produto florestal madeireiro.

2) Existe algum tipo de projeto específico para as comunidades quilombolas? Como eles vêm sendo desenvolvidos?



R= A SEMMA Óbidos desenvolve em comunidades agroextrativistas, não necessária ou exclusivamente quilombolas, o projeto "S.O.S Castanheiras", que tem como principal objetivo conscientizar tais comunidades sobre a importância socioeconômica e ambiental da Castanha-do-Brasil.

3) Quais as principais demandas das comunidades quilombolas que chegam à secretaria? Como elas vêm sendo atendidas?

R= Faz-se imperativo considerar que o rol de demandas que uma determinada comunidade direciona à Administração Pública está diretamente relacionada ao perfil socioeconômico daquela. Assim sendo, não se mostra simples a tarefa de tentar sistematizar um padrão de demandas, haja vista que cada comunidade, na trilha de suas características, anseia por determinado serviço/produto da Administração.

No que tange às comunidades quilombolas agroextrativistas e que tem na Castanha-do-Brasil o carro chefe de sua produção, as principais demandas apresentadas à SEMMA Óbidos estão relacionadas à fiscalização ambiental nas áreas de castanhais.

Registre-se que no ano de 2013 foram realizadas pela SEMMA oito ações de fiscalização ambiental em áreas de produção de castanha em terras quilombolas, mediante provocação formal das comunidades.

4) Quais as principais demandas dos comerciantes (pequenos comércios e ou indústria) que chegam à secretaria? Como elas vêm sendo atendidas?

R= A SEMMA Óbidos não possui registro formal de demandas provocadas por atores envolvidos no processo de comercialização da Castanha-do-Brasil no que se refere aos pequenos comércios e indústria local. Quando da realização de reuniões com entes da Administração Pública Municipal, envolvidos na cadeia produtiva da castanha, tantos os pequenos comércios como a indústria local direcionam demandas (do tipo “ melhorias na qualidade das vicinais para o escoamento da produção”; “fomento às ações de fortalecimento à cadeia produtiva”; “inserção do produto na merenda escolar”; entre outras) à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento

5) Existe produção de mudas de castanheiras no município? Há quanto tempo existe essa produção em viveiros? Qual a capacidade produtiva dos viveiros? Qual a finalidade dos viveiros? Quem administra os viveiros?

R= Em agosto de 2013 a SEMMA Óbidos apresentou ao Executivo Municipal um anteprojeto de lei que versa sobre a criação de um horto municipal. Frente à inexistência de meios e recursos para que o projeto fosse encaminhado ao Legislativo, o Município continua sem um espaço próprio adequado voltado à produção de mudas.

Sabe-se que, no caso da castanha, a própria Indústria local tem investido na produção de mudas com a finalidade de recompor áreas degradadas em antigos castanhais, bem como para melhorar a qualidade genética do plantel dos castanhais obidenses. De toda forma, a SEMMA não dispõe de acesso a maiores informações sobre essa produção.

6) Qual o tipo de apoio é dado pela secretaria para produção de mudas nas comunidades quilombolas?

R= Por meio do projeto “S.O.S Castanheiras” a SEMMA vem incentivando a produção de mudas de castanheiras em comunidades agroextrativistas, inclusive quilombolas. Em muitas dessas comunidades, as famílias que trabalham com a castanha já possuem a expertise de produzir as mudas, ficando a cargo da SEMMA o papel de incentivadora e fomentadora.

7) Quais os principais problemas/conflitos identificados pela secretaria, nas comunidades produtoras de castanhas? Como esses conflitos vêm sendo mediados?

R= O aumento da produção agropecuária nas comunidades produtoras de castanha tem gerado conflitos de várias ordens nessas comunidades. O principal deles diz respeito ao corte de castanheiras, por algumas famílias que abandonaram o agroextrativismo, para o aumento das lavouras e pastagens próprias ou arrendadas a grandes agricultores e pecuaristas. A SEMMA tem encontrado severas dificuldades no gerenciamento desses conflitos, dadas questões que exorbitam as competências do Órgão Ambiental.

8) Como a secretaria vem administrando a questão dos crimes ambientais relacionados às áreas dos castanhais?

R= Uma vez classificados pela SEMMA como “Zonas de Máxima Proteção”, os castanhais obidenses são alvos constantes de operações de fiscalização ambiental. Uma vez identificada qualquer evidência de infração administrativa ambiental nas áreas de castanhais, além da adoção das medidas cabíveis, a SEMMA imediatamente comunica o Ministério Público Estadual, ao INCRA (quando envolve o interesse ou áreas quilombolas) e às lideranças das comunidades que fazem uso sustentável desses castanhais.

9) As infrações (crimes ambientais relacionadas às castanheiras) tem aumentado, se mantido ou diminuído nos últimos 3 anos?

R= Aumentado drasticamente. Principalmente pela ocupação desordenada de áreas de florestas nativas fomentada pelo avanço de atividades agrossilvipastoris e do comércio ilegal de produto florestal madeireiro. A SEMMA Óbidos não dispões de pessoal e estrutura necessária ao controle desse fenômeno sendo inevitável seu aumento nos anos seguintes.

10) Qual a média por ano de notificações/autuações/prisões relacionadas a conflitos e/ou crimes ambientais (últimos 3 anos), em relação as castanheiras?

R= A média anual é de 23 (vinte e três) notificações/autuações/prisões relacionadas a infrações administrativas ambientais em áreas de castanhais nos últimos três anos.

11) A secretaria tem mapeadas as áreas de castanhais do município? Quantas comunidades quilombolas existem no município? Quantos territórios?

R= A SEMMA possui um mapeamento dos castanhais que são trabalhados pela produção agroextrativista, ou seja, aqueles castanhais onde sabidamente ocorre a coleta da castanha. Contudo, é importante frisar que boa parte desses castanhais são trabalhados por colonos que não fazem parte de comunidades quilombolas.

Na verdade, das dezessete comunidades quilombolas existentes no Município (seis formalmente tituladas pelo INCRA), apenas nove trabalham com o extrativismo da castanha.

12) Existem projetos de recuperação de áreas degradadas com plantio de castanheiras? Quem desenvolve?

R= A SEMMA tem conhecimento de projetos de recuperação de áreas degradadas com o plantio de castanheiras desenvolvidos por representantes da Indústria local de beneficiamento de castanha (CAIBA Indústria e Comércio e Mundial Exportadora)

13) O que você destacaria como principais entraves no desempenho do APL da castanha na região?

R= Não há de falar em aumento de desempenho do APL da castanha enquanto não houver uma política pública voltada para tal finalidade e que possa estabelecer e definir os papéis dos entes governamentais nas esferas locais e regionais.

14) Existe no município associação e/ou cooperativa de extrativistas? Quantas? Quais? Poderia fornecer os contatos das mesmas?

R= As instituições dessa natureza existentes no Município de Óbidos não possuem registros formais junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

15) Quem (pessoa física) ou qual órgão/instituição/associação você indicaria para participar desta pesquisa?

R= Um dos maiores responsáveis pela Indústria de beneficiamento da castanha no Município (Sr. José Jaime Belicha – (91 9988-2970), o Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento (Sr. Isomar Castro Barros – (93 9132-2273), o presidente do Sindicato dos Trabalhadores e

Trabalhadoras Rurais do Município de Óbidos Sr. Célio Moreira (93 9152-8843).

16) O que mais destacaria como importante informação para esta pesquisa, relacionada à atuação desta secretaria no APL da Castanha?

R= A SEMMA Óbidos acredita que o sucesso na afirmação dos Arranjos Produtivos da Castanha na Calha Norte Paraense perpassa pela imediata reformulação na política de desenvolvimento socioeconômico da Região. Enquanto não forem reduzidas as pressões ambientais, econômicas e sociais sobre as populações tradicionais que secularmente usufruem de forma sustentável dos recursos naturais, tendo na castanha um de seus elementos basilares, não será possível vislumbrar grandes avanços para esse segmento. É preciso compreender a cadeia produtiva da castanha como importante elo entre o desenvolvimento econômico das regiões produtivas e a manutenção das florestas nativas da Amazônia.

III.II - Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento - Óbidos

No período de coleta de dados no município de Óbidos, de 11 a 14/02/2014, o Secretário Municipal de Agricultura Sr. Isomar Barros não estava no município. Na secretaria, atendida pela Sra. Thays Maia, apresentamos um questionário a ser aplicado com algum representante da secretaria. No entanto, a Sra. Thays preferiu aguardar o retorno do secretário para prestar as devidas informações. Foi encaminhado ao e-mail do secretário, com cópia do questionário elaborado para a pesquisa, conforme solicitado pela Sra. Thays, mas, até o momento não houve retorno.

III.III - Secretaria Municipal de Educação - Óbidos

Não foi identificado nenhum representante da Secretaria Municipal de Educação de Óbidos durante o evento. No entanto, o secretário de Meio Ambiente que respondeu ao nosso questionário, se prontificou a levantar os dados junto à secretaria de educação. Até o momento estamos nos aguardo.

IV. ENTREVISTAS REALIZADAS JUNTO COM A SECTI

IV.I - Indústria Mundial – Sr. Abraham Fortunato Chocron

Em se tratando dos principais problemas enfrentados pela indústria, seu Fortunado destaca o capital de giro com custos elevados e a constante interrupção de energia elétrica, principalmente considerando o momento em que a usina encontra-se em obras. Destaca que, com a promessa do governo com na passagem do Linhão de energia elétrica na região a situação possa melhorar. Outro fator de destaque entre os problemas enfrentados pela indústria diz respeito à área de transporte dos castanhais para as indústrias, se reportando as condições das estradas, cuja problemática espera ação do governo quanto às melhorias.

Em se tratando de tecnologia, destaca que de cinco anos pra cá a indústria vem se automatizando, no entanto há dificuldades em se conseguir alguns equipamentos e, quando adquirem buscam adaptá-los, moldá-los de acordo com as necessidades da indústria. Até o momento as experiências têm dado certo e, alcançado sucesso com suas aquisições.

Quando destacados as questões de entraves enfrentadas pela indústria, destaca os custos altos e, mais uma vez a questão das estradas onde exemplifica que um transporte que deveria durar de 2 a 3 horas pode demorar até 24 horas em função das condições de acesso as estradas. No caso da produção da indústria, ressalta a interrupção de energia elétrica que afeta a programação da internada indústria. Tais fatores foram apontados como os principais entraves atualmente.

Dentre as medidas que podem melhorar a atividade da indústria da castanha revela a questão das estradas, considerando que este fator proporcionaria um ganho grande para as indústrias, tendo em vista que também diminuiria o custo aos produtores/coletores. Outro fator relevante é o mercado, destacado como imprevisível por ser regulado pelo mercado interno e externo. No entanto, revela, que as indústria vem contornado razoavelmente estas situações em função da tradição que envolve o trabalho. O ideal, segundo seu Fortunado, seria ter a situação passada com um preço mínimo de garantia do governo para o produtor e para indústria.

Ao tratar da questão de bloqueio comercial e sanitário da União Europeia pra castanha brasileira e seu impacto na orientação comercial da indústria Mundial, enfatiza que o impacto foi de forma violenta considerando o mercado em que se trabalhava. Com a entrada da China que durante alguns momentos compra quantidades apreciáveis, esse impacto reduziu muito. O mercado interno brasileiro que era bem pequeno, hoje tem uma capacidade de compra e de consumo bem maior, acreditando ter se duplicado ou triplicado de tamanho. Isso fez com que o impacto diminuísse bastante. As indústrias se atualizando, como é o caso da Mundial, têm trabalhado no sentido de buscar alcançar as exigências do mercado europeu, até por uma questão de manter o produto no mundo todo.

No que concerne aos principais mercados, o nacional tem mostrado melhoras apresentando preços compatíveis e até melhores que do exterior. Agora estão em busca de qualidade do produto, considerando que o mercado interno tem exigido qualidade igual à exigida para a castanha a ser exportada.

Tratando-se do tempo de permanência da indústria na atividade e na cadeia produtiva da castanha destaca ter iniciado a cerca de 30 anos e, revela que quando nasceu seu pai já negociava com a castanha, não como indústria mas, como intermediário, comprando para revender a exportadores de Belém e Manaus, mercados existentes na região na ocasião. Posteriormente instalaram a indústria onde tem dedicado especial atenção, no atendimento ao produtor de maneira mais correta, com ética e preços justos, pois, segundo seu Fortunato, a empresa entende que deve prestigiar o produtor pois dele que vem o produto para a indústria trabalhar. Destaca ser (produtor e indústria) uma corrente, um elo que precisa funcionar junto e bem, pois a indústria precisa ganhar para sobreviver e o produtor ganhar para se manter em sua atividade, se não ele terá que trabalhar de outra forma.

Quanto aos preços vigentes e suas variações nas safras destaca que varia de acordo com o mercado, principalmente com o mercado externo. O mercado externo é dá a base do preço para a indústria. Ressalta que hoje o mercado nacional tem, em termos mundiais, um grande concorrente na compra das castanhas, que são os bolivianos, que inclusive compram uma boa parte da castanha produzida no estado do Acre, no Brasil.

Nos últimos anos os preços para os produtores têm sido razoavelmente bons e com perspectivas de se manterem, até porque, deve se acrescentar nesse item que infelizmente parte das florestas de castanha já foi derrubada.

Dentro desses aspectos de derrubadas de castanheiras enfatiza que, de certa forma, se sente responsável pela omissão, quando da época de grandes desmatamentos na região, para atender projetos aprovados pela SUDAM, direcionados a criação de gado. Na época derrubaram-se muitos castanhais e, os que não eram derrubados, as árvores eram queimadas em pé onde com 2 a 3 anos caíam. Outro aspecto desacatado é que na época se conseguia muito facilmente licença para derrubada de castanheiras. Destaca ainda que ele (como agente da cadeia da castanha) poderia ter sido uma das pessoas a tentar diminuir essas derrubadas, mesmo sendo estes projetos aprovados pela SUDAM, como ocorreu no sul do Pará, na região de Óbidos, Alenquer e Oriximiná onde se derrubou 70% dos castanhais segundo o Sr. Fortunato.

Para finalizar, falando sobre a castanha da região levada para a Bolívia, informa que enfrenta dificuldades em se informar se o país vende muito para a Alemanha, onde as exigências são rígidas. Tem conhecimento de que a Bolívia vende muito para o Pacífico, Japão, China e Estados Unidos da América, no entanto não sabe informar a quantidade vendida. Observa que o mercado europeu não é tão problemático em relação à castanha descascada e sim com a castanha desidratada e com casca. Os bolivianos, segundo seu Fortunato trabalham pouco com a castanha desidratada com casca.

IV.II - Caiba Indústria e Comercio S/A – Sr. José Jaime Belicha

O senhor José Jaime Belicha tem 33 anos de idade, atua na empresa familiar que está completando quase 70 anos de operação no mercado.

Identifica como principais problemas enfrentados pela indústria, a questão do requisito de comprar de matéria prima, tendo em vista que hoje existe um grande gargalo na relação com os produtores, pela existência de atravessadores, o que faz muitas das vezes não se ter o contato direto com o produtor para saber exatamente o que está acontecendo lá dentro das áreas dos castanhais. Quando se refere às áreas, fala da questão da produção em si, nos estados que compreendem a Amazônia Legal, onde o principal, segundo o

mesmo, talvez seja o Acre em termos de produção. Depois vem o Amazonas, o Pará e também tem no Amapá com Laranjal do Jari que é fronteira com Monte Dourado, que pertence ao Pará e são estados produtores.

Ressalta que o relacionamento com o produtor, na verdade, é muito delicado, muito complexo, porque muitas vezes se firma um negócio com o produtor, em termos de quantidade, de valor e de qualidade e às vezes as responsabilidades não são assumidas, porque em algumas ocasiões o preço eleva e aí o produtor deixa de te entregar o que já estava firmado.

Hoje a empresa Caiba vem implementando com os atravessadores que incentivam boas práticas aos produtores, um preço diferenciado no hectolitro, dando 5% a 10% a mais do produtor convencional. Então é uma das questões em relação à matéria prima.

Outro ponto destacado, especificamente no caso da empresa Caiba, é o fato da indústria estar localizada em Óbidos, na região Oeste do Pará, e por esse motivo enfrentam alguns gargalos logísticos na região, apesar de estarem relativamente perto de um centro de produção, porque a Calha Norte, especificamente a região Oeste, segundo Sr. José Jaime, possuem um centro de produção sim, plausível, que compreende Óbidos, Oriximiná e Alenquer. Entretanto os gargalos logísticos com estradas e as dificuldades em função de que a safra da castanha ocorre no período chuvoso e, ainda, problemas com os veículos, trazem dificuldades para fazer o produto sair e ser retirado apropriadamente da floresta e para fazer com que chegue dentro da fábrica. Este fator, lá na frente, provoca um gargalo muito grande na questão de segurança alimentar, já que hoje as normas de segurança alimentar, o próprio BPF, as Boas Práticas de Fabricação e APCC, têm a ver com a questão de análises, de perigos e pontos críticos de controle, que são normas internacionais, reconhecidas e são pedidas pela Comunidade Europeia. Hoje além de ser pedida está sendo obrigada FDA, pelo *Folder Drougs Administrator*, americano. Atualmente, se não tiver o APCC implementado e auditado por uma certificadora externa, haverá fiscalização na entrada da matéria prima quando chegar num porto de entrada Americano, por exemplo.

Ressalta que essa questão toda de segurança alimentar tem a ver com a cadeia de produção toda e, necessitaria de um apoio melhor das autoridades

em termos de logísticas para que haja melhor abastecimento no campo e na fábrica.

Ressalta ainda a questão de competitividade com as cooperativas. Hoje ficaram pouquíssimas indústrias perto do que era há duas, três décadas atrás no Brasil e, se não se engana, havia 30, 35, 40 indústrias no mercado brasileiro, distribuídos nos estados, principalmente alocado no estado do Pará. Hoje, as indústrias privadas estão em torno de 7 a 8 indústrias, distribuídas no Brasil e um número muito alto de cooperativas. Vale a pena deixar claro de acordo com o mesmo, que não é contra a operação de cooperativa, não há problema, a grande questão é que a cooperativa não sofre a mesma fiscalização que a indústria privada sofre e, no final das contas ela vai sofrer competitividade de igual pra igual. Neste sentido, a indústria privada vai levar desvantagem, pelo fato de que ela é mais cobrada das autoridades de que uma cooperativa; isso sem levar em consideração questão de qualidade, que é conhecido no mercado que a qualidade de uma cooperativa não se iguala a qualidade de uma indústria privada. Para o senhor José Jaime, este fato de qualidade não dá para generalizar, existem indústrias privadas que não têm qualidade, assim como existem cooperativas que têm. Neste contexto, não se pode generalizar, mas, de uma forma geral, é o que se escuta, é o que se vê, é o que se presencia no mercado, segundo o Sr. José Jaime.

Fazendo uma conexão com a questão da compra, do abastecimento campo/fábrica, vêm as exigências que hoje o mercado está impondo as indústrias, quanto aos requisitos de qualidade. Então, como se têm aí os gargalos da Comunidade Europeia, que embargou alguns anos atrás a castanha com casca proveniente do Brasil, e agora recentemente, obteve a informação do Ministério da Agricultura que a operação da castanha descascada estava suspensa para comunidade europeia.

Relata que no ano passado teve um problema da castanha “com casca”, não havendo mais exportação de castanha com casca pra Europa e agora, em dezembro de 2013, foi apresentado um novo problema, onde o brasileiro não vai poder entrar mais na Europa com a castanha descascada até definirem novas normas que não ficou bem claro ainda por parte do Ministério da Agricultura. Essa, na verdade, é uma informação que obteve um pouco mais recente e que não está sabendo exatamente o que aconteceu.

Entre as medidas que acredita poder melhorar a atividade industrial da castanha, é a questão da sazonalidade e especificamente em relação à empresa Caiba, normalmente opera dependendo da questão de aporte financeiro. A empresa não trabalha com capital próprio e isso independe da questão da disponibilidade bancária e assim foi durante muitos anos e é até hoje. Então, se há disponibilidade financeira a empresa tenta fazer aquisição de matéria prima, se não há, tem que haver redução no consumo. Normalmente, historicamente esse consumo de operação de fábrica, se dá em torno de quatro a seis meses, e aí talvez esteja, segundo o Sr. José Jaime, um dos maiores gargalos da indústria castanheira, e se aplica não só a Caiba, mas também às empresas outras privadas e cooperativas; pois ninguém tem matéria prima suficiente para possibilitar que a fábrica opere um ano inteiro.

Deste fato, de não poder operar o ano todo vem os grandes problemas, porque a cada safra você tem que contratar pessoal novo e nem sempre o pessoal que foi demitido da safra anterior vai estar disponível pra safra atual, e isso requer investimento na questão de treinamento, de qualidade. Quem está dentro das fábricas sabe que maquinário parado durante seis meses é infinitamente pior do que se ele estiver em movimento, porque a cada início de safra é como se você estivesse construindo uma indústria nova, então isso acaba sendo realmente um gargalo muito grande para a empresa, a questão da sazonalidade.

O Sr. José Jaime ressalta que se houvesse um incentivo dos órgãos do Ministério da Agricultura, Embrapa, Sebrae, com apoio para os produtores, para os atravessadores, para os cooperados; se houvesse maior disponibilidade de matéria prima e maior capacidade financeira, poderia operar não mais na sazonalidade e sim trabalho fixo. Neste sentido, ao invés de ter trabalhadores fixos e sazonais, poderiam ter somente trabalhadores fixos atuando de janeiro a novembro, durante os 11 meses e concedendo o benefício das férias, em dezembro. Mas na prática não é o que acontece, pois acabam trabalhando poucos meses e ficam muitos meses parados tendo que pagar tributos, manter uma estrutura administrativa fixa, pois não se pode trocar a parte administrativa. O único setor que troca, que permuta, é o dos colaboradores do setor produtivo e, ainda assim, a empresa tem que manter os chefes de setores.

Destaca ainda a questão do relacionamento, apontado no item anterior, com a Comunidade Europeia, pois perderam, segundo o mesmo, um grande mercado de castanha “com casca”. Já ha alguns anos estão vendo a probabilidade de acontecer o mesmo para a castanha “descascada”. Neste sentido, pode acontecer de ter muita oferta de produto acabado sem os devidos compradores mundiais, e pode refletir em quedas de preço da matéria prima, o preço do hectolitro.

Falando de mercado interno, sabe-se que a grande concentração do PIB brasileiro está na megalópole São Paulo e obviamente, São Paulo é um mercado equidistante dos outros estados. É o maior mercado com consumidor, atravessador, comprador. Depois vem outros na sequencia, como o Paraná talvez em segundo, o Rio Grande do Sul em terceiro e outros menores como Minas e o Rio de Janeiro.

Em relação a melhorias no valor de mercado, revela que hoje está havendo um grande apelo por produtos naturais e a castanha é considerada como, um alimento funcional, como já foi apontado em várias pesquisas que a castanha tem grande quantidade, destaca que por seu conhecimento, parece ser o produto mundial que mais contém selênio, em termos de proporção. E com pouco consumo diário se supre a necessidade que o ser humano precisa. Houve um grande apelo da mídia incentivando o consumo da castanha no mercado interno.

Para o senhor José Jaime de fato, fica muito claro, o aumento do consumo interno, destacando que está atuando há 10, 11, 12 anos na área comercial e lembra-se que há uma década o consumo da castanha natural no Brasil tinha uma menor expressão. Hoje em dia se elevou bastante o consumo. Um fato que contribuiu foi a Rede Globo de televisão ter divulgando no programa Fantástico e no Globo Repórter os benefícios diretos e indiretos que a amêndoa tem, suas propriedades nutricionais. Atualmente se vê muita disponibilidade de castanha em barras de cereais, em granolas. No supermercado existem diversas marcas de granolas com castanha do Pará, umas granolas com mais amêndoa, outras com menos. Existe também a indústria de chocolate, a Nestlé é um caso que ainda hoje opera com os tabletes de chocolate que contém castanha do Pará. Destaca ter visto

recentemente um novo item da Nestlé com Castanha-do-Pará, e um item específico de sorvete da Nestlé que leva castanha-do-Pará.

Ressalta estar se referindo à uma grande indústria, mas existem diversas outras menores que adicionaram castanha, no pão, em barra de cereal, em granolas e, consumido também a castanha à granel e em latinha de 25 a 100 gramas. Então o consumo está sendo muito difundido aqui no Brasil, e pode-se afirmar que o mercado brasileiro é um mercado fortíssimo, segundo Sr. José Jaime, o que vem mantendo bastante o setor castanheiro brasileiro, tendo em vista que o setor castanheiro peruano e boliviano dependem da exportação e o Brasil hoje não teria mais produtividade pra atender na exportação com pequenos volumes, teriam que ter grandes volumes como é operado na Bolívia e no Peru. Pequenas fábricas não teria competitividade para atender.

No que diz a respeito à relação com os coletores, que fazem a extração da matéria prima, revela existir alguns gargalos como a não existência de uma conexão direta entre indústria e coletor. O que acontece segundo o mesmo é que a Amazônia é muito grande e existem alguns milhares de coletores espalhados por ela e não tem como ter acesso aos coletores. Então, a indústria tem buscado uma solução de forma geral e especificamente, no caso da Caiba, procuram manter atravessadores que são, na verdade, compradores da matéria prima localizados estrategicamente em regiões produtoras e esses atravessadores/compradores, compram de outros atravessadores/compradores menores que estão mais perto do interior e aí sim esses menores tem contato direto com o produtor/coletor que diariamente vai e colhe um a dois hectolitros, dependendo de produção pra produção. Destaca ser este um ponto de gargalo em relação à comunicação. Se existe comunicação é pouca, pois são poucos os coletores que vem nas redondezas, como por exemplo, poucos produtores que estão nas proximidades de Óbidos, trazem pessoalmente a matéria prima para ser medida. Quando vem, a castanha é medida e paga diretamente a ele. Quando isso não é possível, existe uma terceira pessoa operando para a empresa.

Em relação à derrubada de castanheiras na região destaca que um dos grandes gargalos é a questão da sazonalidade, quanto ao fato de atuar quatro ou seis meses por ano. E se há derrubada de árvore, conseqüentemente há

falta de produto, ou diminuição do produto trazido para indústria e isso reflete nos outros fatores que foram apontados previamente.

Existe um estudo (de que não se recorda exatamente os dados), mas que destaca que ficar bem claro que para o extrativista madeireiro a rentabilidade é imediata na derrubada de uma árvore. O indivíduo terá lucratividade naquele momento, pois ele derruba, ganha o dinheiro e acabou, encerrou, ele não vai plantar de novo. Já para o coletor de castanha, representa algo que todo ano está produzindo; anos com safras maiores, anos com safras menores, mas, regularmente tá dando.

Ressalta ainda que existe essa correlação de que é muito mais produtivo manter uma árvore em pé, rendendo fruto, do que tirar proveito da madeira dela, que por sinal é uma das madeiras proibida em termos de comercialização.

IV.III – Sr. Francisco Hugo de Souza, presidente da Cooperativa Extrativista de Quilombolas do Município de Óriximiná - CEQMO.

O Sr. Francisco Hugo de Souza é da comunidade Juari, e representa a Cooperativa do Quilombo, que envolve as comunidades quilombolas do município de Oriximiná. A CEQMO significa Cooperativa Extrativista dos Quilombolas do Município de Oriximiná.

Destaca que um dos principais problemas enfrentados pelos extrativistas quilombolas é o escoamento (pois algumas regiões estão em áreas de cachoeira). Outro fator é a questão do preço, pois enfrentam muita dificuldade. Destaca ainda a questão da diminuição dos castanhais nesses últimos anos.

Dentre os principais problemas enfrentados na venda da castanha segundo o Sr. Hugo é que eles trabalham as boas práticas e não há um valor diferenciado em relação à castanha que não tem as boas práticas. Então esse é o principal problema enfrentado por eles, por não poder vender a castanha de boas práticas com um preço melhor.

Explica que as Boas Práticas se refere aquela castanha que, desde lá debaixo da castanheira, é quebrada, lavada e enxugada, e que se tem um maior cuidado desde a coleta ao armazenamento desde lá, debaixo da castanheira, até chegar dentro da indústria. Então, as boas práticas segundo o

mesmo, é isso, é zelar pela castanha desde lá de onde ela sai até chegar à usina.

Ressalta a ideia da formação da cooperativa e mais recente de uma usina de castanha. A ideia surgiu da organização. Em 2001 começaram fazendo uma organização chamada “Projeto Castanha”, onde juntavam a castanha de 200, 300 pessoas, fazendo boas práticas e botando no mercado pra ter um preço maior. Então chegaram à conclusão de que para essa castanha, as indústrias não conseguiam pagar um preço diferenciado. E então, pensaram em montar a própria cooperativa, especificamente para também beneficiarem a castanha e poder vender ela em quilo, pois vendem para as indústrias em hectolitro. Concluíram em criar a cooperativa para tentar, uma hora, ter a própria indústria, para beneficiar e vender a castanha em quilo também.

Dentre os principais desafios para comprar castanha pela cooperativa e o estabelecimento de um funcionamento da usina da castanha, ressalta ser o principal a questão de organização da gestão da usina, tanto na parte prática da indústria para beneficiar, quanto na gestão. A necessidade de se estruturar para conseguir vender em quilo e beneficiar a castanha.

Ressalta ainda que em relação às boas praticas ainda não há a possibilidade de criar um selo e identificar de as boas práticas estão sendo feitas. Já discutiram que o segundo passo é colocar no mercado a castanha quilombola. Só que para as indústrias não havia essa diferença de ter a castanha um selo quilombola, com marca quilombola, pois ela vai ter um preço X. E, então isso desestimulou o castanheiro porque ela não tem diferença no preço. Até o momento se discutiu, mas ainda não conseguiram por um selo com a marca da castanha quilombola para a venda.

O que precisa ser feito para se chegar a ter esse selo quilombola, segundo o Sr. Hugo é conseguir parcerias e mobilização entre os órgãos do governo estadual, municipal, federal para que se possa chegar a essa conclusão de ter esse selo quilombola. Então, isso é um desafio muito grande conseguir construir uma parceria com os demais, para os quilombolas poderem realizar essa atividade do jeito que eles querem, com o selo quilombola.

IV.IV – Sr. Augusto Figueiredo, extrativista de Oriximiná.

O Sr. Augusto Figueiredo é casado, pai de seis filhos, brasileiro e sou nascido na localidade da Cachoeira da Pancada. Nasceu e permanece morando na localidade exercendo a função de coletor extrativista e na agricultura.

Relata que dentre os principais problemas enfrentado na coleta de castanha é que já tiveram muitos problemas com “patrão”. No ano de 2000 tiveram a titulação da terra e passaram a ser proprietários da área, no entanto destaca enfrentarem problemas com o preço. Pois ainda não tem um preço compensativo. O melhor preço foi a partir do ano de 2012. Ressalta ainda que para a distância moram da cidade, percorrem cerca de mais de 200 quilômetros até chegar a Oriximiná e vai vender a R\$ 25 reais, até de R\$10 reais já se vendeu.

O Sr Augusto revela que em 2008 deixaram de coletar a caixa por causa do preço, que era R\$ 10,00 reais em Oriximiná, enquanto o Sr. Chocron pagava R\$ 14,00 reais levando em Óbidos. O que para ele não compensa.

Segundo o mesmo o preço o baixo era um reflexo dos armazéns lotados. Isso segundo o que as indústrias diziam aos coletores, que no ano que dá muita castanha tem desvalorização no preço.

Relatando um pouco sobre a situação da coleta da castanha, faz um retrospecto destacando que em épocas passadas a dificuldade era domínio de patrão, frisando que nasceu e se criou na comunidade, mas os patrões não consideravam que eles (extrativistas) eram o dono da propriedade, então, segundo o mesmo era um trabalho como semiescravo, pagava muito mais barato de que hoje.

Era comprada (dos patrões) rede, espingarda, mosquiteiro e não conseguisse pagar, eles recebiam de volta. Então, hoje se sentem felizes por serem donos da propriedade, no papel, não tendo mais as dificuldades apontadas no passado. Explica que hoje, vende a castanha para quem quiser, e em épocas passadas tinha que ser para “os patrões”. Relata ainda uma ocasião em que algumas pessoas da comunidade chegaram a ser presas pelo patrão, por achar que estava sendo roubado.

Em relação aos principais problemas enfrentados na venda da castanha atualmente, destaca ser o preço, por não ter como fixá-lo. Ressalta que transporte eles possuem; já conseguiram um caminhão (o primeiro transporte eram burros, para tração animal). Depois conseguimos um caminhão doado pela Espanha, e outro doado pela governadora do estado na época e, o apoio da DEMA também. Agora, o barco da CEQMO. Destaca ainda que é preciso arrumar os transportes da comunidade (manutenção), pois pagam taxa para a cooperativa e às vezes precisam contribuir com combustível para o transporte.

Revela a ocorrência de entrada de pessoas não autorizadas em suas propriedades, que são legítimas segundo o mesmo. Existem pessoas que entram sem permissão para coletar castanha, para extração de garimpo, de ouro.

Quanto à questão da venda de sua produção para atravessadores ou para as indústrias diretamente, revela que às vezes para eles (atravessadores) desmobilizarem a organização (dos coletores) chegam oferecendo valor maior, agregando mais valor na caixa da castanha. No entanto, existem pessoas que ainda não são conscientes de que eles (atravessadores) estão, nas palavras de seu Augusto, roubando, pois os atravessadores ganham mais na medida, que sempre a medida do atravessador é maior. E, com isso ocorre desfalque no movimento da associação, pois algumas pessoas às vezes vendem 100, 200 caixas para o atravessador e isso um problema, pois em Oriximiná é a região que mais dá castanha. Existem, segundo o mesmo, pessoas que não fazem parte da cooperativa, devido às normas da cooperativa, e essas pessoas acabam realizando a venda particular para o atravessador.

Destaca que conseguiram (enquanto cooperados) mudar a situação em algumas comunidades aonde o atravessador não vem, no entanto revela que a situação piorou pois o atravessador fica na cidade esperando os coletores para comercializar. E aí, o comunitário acaba vendendo pra eles. Isso ainda é um problema para a comunidade, no entanto acredita que aos poucos possam ir eliminando, como ocorreu no interior da comunidade, acredito que na cidade também vá acontecer isso.

Quando tratada a questão de derrubadas de castanheiras e presença de madeiras enfatiza que em sua comunidade não tem tido problema com madeira e que há plano de manejo fora das áreas de castanhais. Ressalta

que a comunidade não aceitou a venda de Itaúba de suas áreas (não entrando no plano de manejo), pois no projeto realizado havia uns cálculos de R\$ 3 mil reais por família, o que não ocorreu, pois há um número muito alto de famílias na área. Também, destaca que a medição não ocorre de forma correta. No entanto reforça que não está acompanhando esse trabalho de madeira.

Quanto à derrubada de castanheiras afirma não haver problemas desta natureza em suas áreas. Entretanto aponta que em outras áreas ocorrem problemas como nos Campos Gerais e pra região do Bec, há ocorrência de derrubadas segundo o mesmo foi informado.

IV.V – Sr. André Conselheiro, extrativista de Oriximiná

O Sr André é da região da Estrada do Bec, do Ramal Corrimão. A localidade é o Sítio Boa Esperança, onde resido.

Quando questionado sobre os principais problemas enfrentados na coleta da castanha, destaca o que chama de “passação” da castanha. A “passação” da castanha começa dos igarapés, onde, segundo o Sr. André entupiram o igarapé o que dificulta a passagem com embarcação motorizada.

Ressalta o preço baixo pago a suas castanhas. Entende que vendem há um preço baixo para as indústrias e que as indústrias tem seus custos com o beneficiamento e isso é computado no preço final da indústria. No entanto ressalta que, de qualquer maneira o que é pago serve pra eles. (coletores).

Quanto aos problemas com os igarapés, informa que a questão dos “entupimentos dos igarapés” é por causa das madeiras que fazem as travessias nessas áreas. Informa ainda que tem madeira que diz ser dona da área por onde passa o igarapé e que a comunidade já procurou por eles e que na ocasião mostraram até documentação alegando ser dono da área ou estar com a área arrendada.

Na venda da castanha relata que por não terem área para depósito vendem mais barato e ressalta ainda que, em conversa com o Sr. Jaime, da Caiba, o mesmo informou que o preço baixo para a compra da castanha estava relacionado também com o fato da castanha vir suja e que a empresa tem mão-de-obra, despesas para deixa-la com melhor qualidade. Entende que essa situação é real, pois vê a castanha limpinha, bem tratada dentro da indústria o

que não dá para ser feito dentro das áreas dos castanhais, onde o mesmo ressalta que colhe do jeito que dá para colher.

Ressalta ainda que no passado chegou a R\$ 26,00 a caixa. A caixa corresponde a duas latas de castanha e o hectolitro a cinco latas. Afirma que tem esperança que o preço melhore e lamenta o fato da quantidade de castanha estar diminuindo para eles (coletores).

Quanto à perspectivas em relação ao evento da SECTI/ULB que estava ocorrendo em Óbidos nos dias 13 e 14 de fevereiro, diz que espera que possa trazer alguma resposta para eles. Lembra que houve reuniões em sua comunidade e que se mobilizaram para participar do evento.

Em relação ao fato de pertencerem a uma associação de extrativistas enfatiza que até o momento ainda não trouxe benefício não. Lembra o fato de terem problemas com os igarapés entupidos por madeiras e diz que já foram buscar ajuda em Oriximiná na SEMMA e no IBAMA em Santarém, mas que ainda não tiveram uma solução que possa ajudá-los.

IV.VI - Sr. Leo Eduardo de Campos Ferreira – Imaflora

O Sr. Leo Ferreira trabalha o Imaflora que é uma ONG que significa Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola. O Imaflora trabalha no apoio à algumas comunidades na Calha Norte na busca de mercados que valorizem um produto de qualidade e de comunidades que tenham compromisso com a conservação da floresta. Ressalta que o convite para estar participando do seminário, veio em função de que o Imaflora atua como articulador local do arranjo produtivo da castanha e da copaíba em Oriximiná junto às comunidades quilombolas.

Dentro desse contexto em que o Imaflora vem participando, as maiores dificuldades percebidas tanto em relação aos extrativistas quanto para as indústrias, ressalta serem dificuldades históricas. Segundo Leo, as pessoas estão acostumadas à um certo modelo de trabalho em torno da castanha e que muitas vezes mudar esse costume é uma dificuldade. Têm dificuldades imensas na questão logística, grandes distâncias, volumes muito altos que a castanha envolve e tem uma questão importante quando se compara a

castanha a outros produtos da sociobiodiversidade que diferente de produtos que vão para o setor de cosméticos, que já tem uma cadeia que está sensibilizada, que o consumidor lá na frente quer saber de onde vem esse produto, isso ainda não acontece na castanha. Neste sentido, segundo o mesmo, isso dificulta quando se quer promover o equilíbrio ao longo dessa cadeia, se quebra muito a cabeça entre dois elos, que é o elo dos produtores e o das usinas de beneficiamento.

De acordo com Leo, o produtor diz que as usinas de beneficiamento os exploram e pagam mal e fica muito nesse jogo, mas quando se vai analisar a cadeia como um todo se percebe que tem um salto grande também em valor da castanha, quando passa da usina de beneficiamento para o mercado varejista, para o consumidor final. E muitas vezes o consumidor final ao comprar essa castanha em São Paulo, ou em qualquer outro lugar do país, não sabe ou não está preocupado com o que está envolvido ao longo dessa cadeia e muitas vezes ele está adquirindo um produto que tem exploração de trabalho. Existem produtos às vezes até de má qualidade, e isso é uma cadeia que ainda não está sensibilizada a esse ponto. Então a gente entende que trabalhar consumidor e trabalhar mercado varejista é fundamental pra gente conseguir promover uma mudança nessa cadeia.

Em relação ao desejo dos extrativistas em ter criar um selo para a castanha quilombola, Leo destaca que é um desejo deles muito grande e o Imaflora está desenvolvendo um sistema de certificação de origem para produtos, é como dar uma identidade territorial ou uma identidade cultural para os produtos. Isso o Imaflora está trabalhando na região da Terra do Meio, ainda não se trabalha com isso na Calha Norte. Ressalta que é um desejo também dos associados/cooperados da ARQMO/CEQMO, segundo informado pelo Sr Hugo de Souza.

De acordo com Leo, há o entendimento de que trabalhar essa identificação de origem, essa identificação cultural é importante para você alcançar e ter um apelo ao consumidor final.

Para se chegar a um certificado desse tipo, é uma estratégia que ainda é piloto. Tem uma primeira iniciativa que está acontecendo no corredor do Xingu, provavelmente vai ser o primeiro território da sociobiodiversidade a vai receber esse selo para os seus produtos, não só para a castanha, mas para vários

produtos que vem desse território e aí, é um arranjo entre várias instituições locais, sociedade civil e empresas.

O Imaflora trabalha com certificação FSC, que é uma certificação que é muito reconhecida fora do país, mas tem pouco reconhecimento interno e é uma certificação que para pequeno produtor é inviável porque ela tem um custo elevado. E, esse sistema de certificação de origem que está sendo desenvolvido, é um sistema que possa ser mais acessível à produtores e à realidade de comunidades amazônicas. Ainda em fase inicial a certificação deve iniciar na região da Terra do Meio, no Pará e o Imaflora tem intensão de que o próximo território seja o território da Calha Norte.

Quanto a questão de derrubada de castanheiras na região, o Imaflora tem um trabalho em apoio ao Governo do Estado, para consolidação das unidades de conservação, onde tem papel de articulador com o poder público, com as autoridades competentes para que se tome as providências devidas. O problema é que muitas vezes essas autoridades também têm muitas limitações de recursos humanos ou recursos financeiros para conseguir dar conta de toda essa imensidão que é a região da Calha Norte.

IV.VII - Sr. Domingos Diniz, Professor e diretor da UFOPA-Campus Oriximiná

O Sr. Domingos Diniz, esteve no evento representando a UFOPA, na qualidade de diretor do campus de Oriximiná,

Segundo o Sr. Domingos a UFOPA foi convidada para este evento no sentido de entender como é que é feita essa articulação da produção da castanha na região, mas principalmente com o objetivo de contribuir na qualificação, na organização de grupos de pesquisa para desenvolvimento de tecnologias, no sentido de fortalecer essa cadeia produtiva. Existe um anseio dentro da instituição de que se instalem cursos de graduação voltados e vocacionados para as cadeias produtivas de cada município e na região como um todo. É possível que a UFOPA Oriximiná consiga em breve tempo organizar cursos de graduação que possam atuar de forma a se complementarem em diversos níveis de diversas cadeias produtivas da região.

A UFOPA tem por objetivo melhorar o serviço que a universidade dispõe, que ainda está restrito a sua sede que é o município de Santarém e, ampliar esse serviço para a sociedade local com o objetivo de garantir o desenvolvimento dessa sociedade, com qualidade de vida e com sustentabilidade. Mais especificamente a UFOPA vem identificar possíveis parceiros para somar na solução de problemas, na construção de diagnósticos confiáveis desses problemas e propor ações concretas visando à contribuição na solução desses problemas. Esses problemas a que se refiro, estão relacionados não só a cadeia produtiva da castanha, mas a diversos outros fatores interferentes no desenvolvimento local e principalmente considerando a vocação da região. Inclua-se aí, por exemplo, produtos oriundos do extrativismo vegetal, oriundo do extrativismo animal e também da produção de alimentos a partir de culturas já pré-existentes e a inserção de culturas que possam ganhar corpo, atendendo também as demandas do mercado.

As expectativas futuras dessa articulação de que a Ufopa consiga estimular a cadeia produtiva não só dos produtos que já estão no trabalho harmônico que está sendo construído com o governo do estado, na implantação de parques tecnológicos, incubadoras de empresa que possam desenvolver produtos no sentido de agregar valor à essas cadeias produtivas.

No caso particular da castanha, o Sr. Domingos destaca que se tem a expectativa de conseguir, em um futuro breve, montar um curso de tecnologia de alimentos, por exemplo. E vinculado a uma nutrição com sustentabilidade, ou seja, garantir que a floresta se mantenha em pé e se possa conhecer melhor o que ela tem de produtos rentáveis, sem esquecer que esse valor não se resume a um valor monetário; é um valor que também se transfere para benefícios das comunidades que vivem na floresta e as comunidades do entorno urbano.

Não tem como a universidade continuar distante dessas cadeias produtivas com um benefício direto da sociedade local. A Ufopa visa então além da instalação de cursos de graduação o citado acima, a instalação de grupos de pesquisa com expertise nesses sistemas e em busca de auxílio de possíveis parceiros integrados nessas cadeias produtivas, e aí, diga-se de passagem, desde o extrativista no seu local de origem até a ampliação do

mercado nacional e internacional, para colocação dos produtos nesses mercados a partir dessas cadeias produtivas.

No que tange a parcerias a universidade não pode estar fechada em si. A universidade dá conta da formação, da qualificação no desenvolvimento de novas tecnologias. Mas não adianta só isso, todas essas ações têm que ser feitas em harmonia e integração com parceiros não só da cadeia produtiva em particular mas, de grandes empresas que possam contribuir, como do Estado, melhor dizendo, das condições dos gestores municipais, do gestor estadual, buscando convênio de cooperação técnica onde estejam documentadas as atribuições, as contrapartidas de cada parceiro e esses compromissos sendo cobrados a medida que evolui o trabalho da universidade na geração de conhecimento novo em benefício da sociedade e da região.

V- LEVANTAMENTO DE DADOS SECUNDÁRIOS

V.I – PRODUÇÃO NACIONAL

O Brasil ocupa atualmente o terceiro lugar na produção de Castanha-do-Pará, atrás do estado do Amazonas e do Acre, respectivamente. De acordo com dados do IBGE, considerando os anos de 2004 a 2012, a produção teve a seguinte composição, demonstradas nos itens a seguir. No valor total da produção extrativista vegetal não-madeireira, no Brasil em 2003, a castanha esteve entre os principais produtos, representando 5% do total (Figura 4).

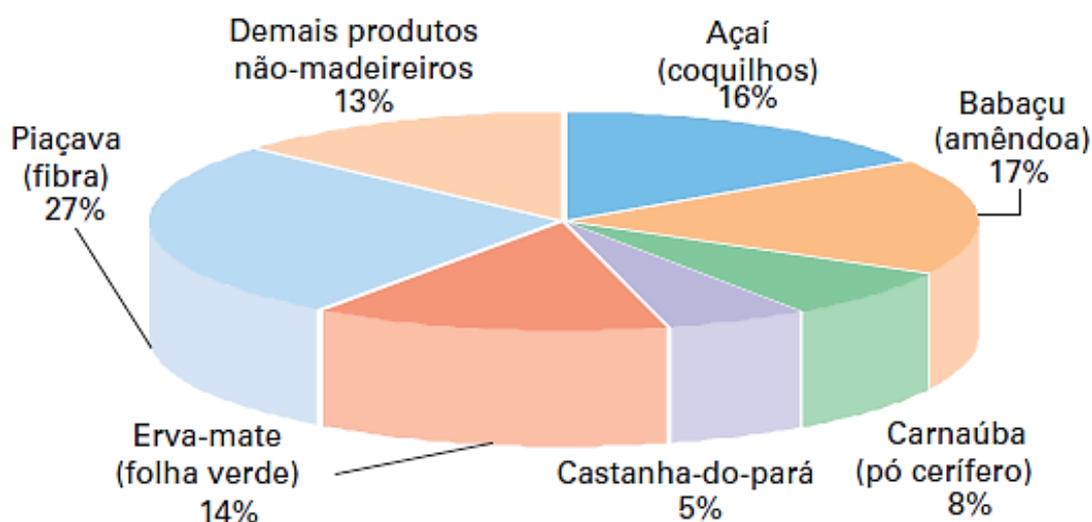


Figura 4: Participação dos principais produtos no valor total da produção extrativista vegetal não-madeireira-Brasil-2003. / Fonte: IBGE, 2003.

O principal produtor, em 2003, foi o Estado do Amazonas, com uma produção de 9.068 t, ou cerca de 36% do total coletado no País. Os principais municípios produtores do estado foram Novo Aripuanã (1.330t), Alvarães (1.204t) e Lábrea (1.146t) que, em conjunto, responderam por 40,58% do total estadual e por 14,58% da produção nacional.

Na temporada, o Estado do Acre foi o 2º maior produtor do País, com uma participação de 22,74%, vindo, em seguida, o Pará, com 21,53%. Embora Rondônia tenha tido uma participação de apenas 13,48%, sua capital, o Município de Porto Velho, foi o principal produtor do País, ao obter uma produção de 3 068t, que correspondeu a 12,32% do total nacional.

Quanto a quantidade e valor da produção de castanha-do-pará segundo a região Norte, o quadro 2 demonstra a distribuição em relação aos estados da região norte.

Quadro 2- Quantidade e valor da produção de castanha-do-pará em 2003.

Brasil e Região Norte	Castanha-do-Pará	
	Quantidade (t)	Valor (1000 R\$)
Brasil	24895	24588
Norte	24562	24212
Amazonas	9068	15492
Acre	5661	2354
Pará	5361	4248
Rondônia	3357	1773
Amapá	1048	314
Roraima	68	30
Tocantins	-	-

Fonte: adaptado de IBGE, 2003.

Considerando o ano de 2004, entre os produtos do extrativismo vegetal não-madeireiros que mais se destacaram em valor de produção, a Castanha-do-Pará, representou 6% do total (Figura 5)

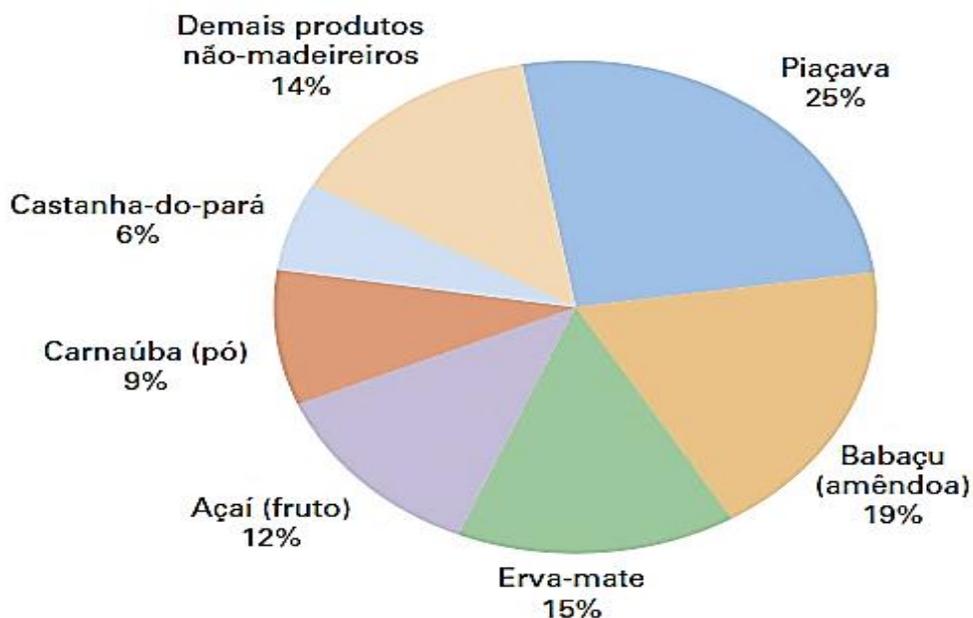


Figura 5: Participação dos principais produtos no valor total da produção extrativista vegetal não-madeireira-Brasil-2004. / Fonte: IBGE, 2004.

Como demonstrado, percebe-se um crescimento de produção entre 2003 e 2004 de 8,69% da castanha-do-pará.

O principal produtor em 2004 foi o Estado do Amazonas, com uma produção de 9.150 toneladas, que correspondeu a 33,81% do total coletado no País. Os principais municípios produtores do estado foram Novo Aripuanã (1.336t), Alvarães (1.210t) e Lábrea (1.150t) que, em conjunto, responderam por 40,39% do total estadual e por 13,66% da produção nacional (Tabela 1).

Na temporada, o Estado do Pará foi o segundo maior produtor do País, com uma participação de 28,24%, vindo em seguida o Acre, com 21,65%. Embora Rondônia tenha tido uma participação de apenas 10,45%, sua capital, o Município de Porto Velho, foi o principal produtor do País, ao obter uma produção de 2 505 toneladas, que correspondeu a 9,26% do total nacional.

Tabela 1: Quantidade produzida e participação relativa e acumulada de Castanha-do-Pará, dos vinte maiores municípios em 2004.

Vinte maiores municípios produtores	Castanha-do-pará		
	Quantidade produzida (t)	Participações (%)	
		Relativa	Acumulada
Brasil	27 059	100,00	-
Porto Velho - RO	2 505	9,26	9,26
Xapuri - AC	1 552	5,74	14,99
Óbidos - PA	1 500	5,54	20,54
Brasiléia - AC	1 486	5,49	26,03
Oriximiná - PA	1 400	5,17	31,20
Novo Aripuanã - AM	1 336	4,94	36,14
Alvarães - AM	1 210	4,47	40,61
Lábrea - AM	1 150	4,25	44,86
Alenquer - PA	820	3,03	47,89
Boca do Acre - AM	818	3,02	50,92
Sena Madureira - AC	812	3,00	53,92
Humaitá - AM	776	2,87	56,79
Tefé - AM	623	2,30	59,09
Tapauá - AM	621	2,30	61,38
Manicoré - AM	611	2,26	63,64
Altamira - PA	593	2,19	65,83
Laranjal do Jari - AP	587	2,17	68,00
Rio Branco - AC	587	2,17	70,17
Epitaciolândia - AC	551	2,03	72,21
Tabatinga - AM	526	1,94	74,15

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2004.

No ano de 2005, a Castanha-do-Pará representou 9,2% do total dos produtos não-madeireiros que mais se destacaram em valor de produção no Brasil, conforme demonstrado na figura 6 abaixo.

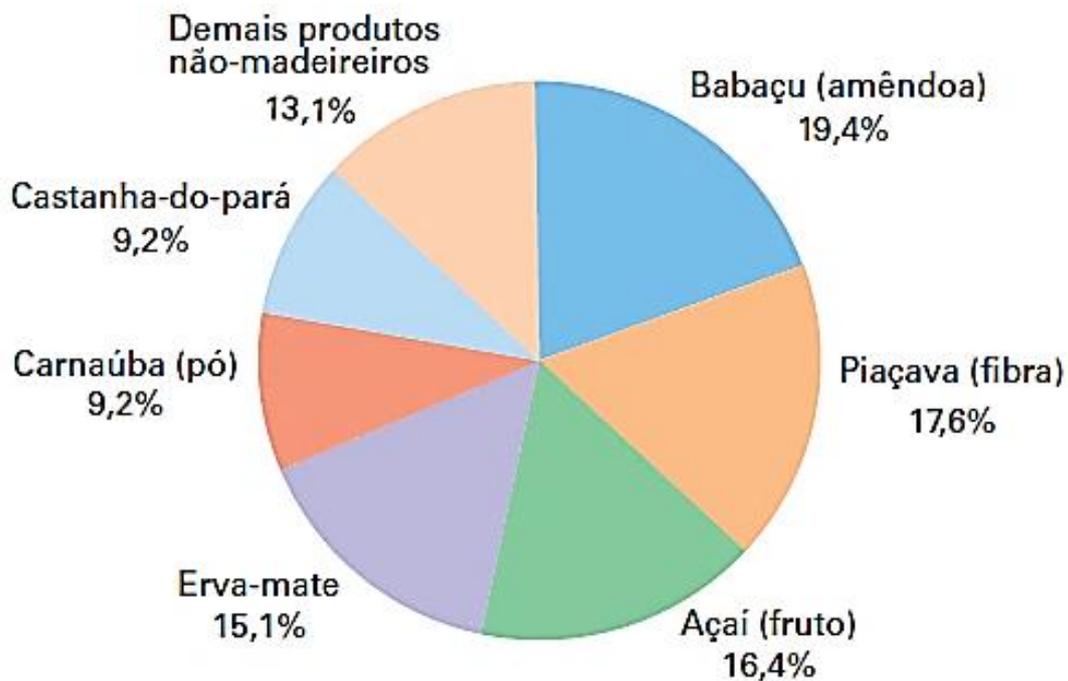


Figura 6: Participação dos principais produtos no valor total da produção extrativista vegetal não-madeireira-Brasil-2005. / Fonte: IBGE, 2005.

O principal produtor em 2005 foi o Estado do Acre, com uma produção de 11.142 toneladas, que correspondeu a 36,5% do total coletado no País (quadro 3). Os principais municípios produtores do estado foram Rio Branco (2.823t), Brasiléia (2.155t), Xapuri (2.007t) e Sena Madureira (1.615t) que, em conjunto, responderam por 77,2% do total estadual e por 28,1% da produção nacional (Tabela 2).

Na temporada, o Estado do Amazonas foi o segundo maior produtor do País, com uma participação de 29,4%, vindo em seguida o Pará, com 22,3%. Embora Rondônia tenha tido uma participação de apenas 8,9%, sua capital, o Município de Porto Velho, foi o segundo maior produtor do País, com uma produção de 2354t, que correspondeu a 7,7% do total nacional.

Quadro 3: Quantidade e valor da produção de castanha-do-pará em 2005.

Brasil e Região Norte	Castanha-do-Pará	
	Quantidade (t)	Valor (1000 R\$)
Brasil	30555	46656
Norte	30182	46020
Acre	11142	15376
Amazonas	8985	20378
Pará	6814	7317
Rondônia	2710	2656
Amapá	440	244
Roraima	91	50
Tocantins	-	-

Fonte: adaptado de IBGE, 2005.

Tabela 2: Quantidade produzida e participação relativa e acumulada de Castanha-do-Pará, dos vinte maiores municípios em 2005.

Dez maiores municípios produtores	Castanha-do-pará		
	Quantidade produzida (t)	Participações (%)	
		Relativa	Acumulada
Brasil	30 555	100,0	-
Rio Branco - AC	2 823	9,2	9,2
Porto Velho - RO	2 354	7,7	16,9
Brasiléia - AC	2 155	7,1	24,0
Xapuri - AC	2 007	6,6	30,6
Sena Madureira - AC	1 615	5,3	35,8
Oriximiná - PA	1 425	4,7	40,5
Alvarães - AM	1 240	4,1	44,6
Óbidos - PA	1 200	3,9	48,5
Lábrea - AM	1 180	3,9	52,4
Novo Aripuanã - AM	1 004	3,3	55,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2005.

Observa-se um crescimento de produção de castanha entre 2004 e 2005, de 12,9%.

No ano de 2006 a produção nacional somou 28.806 toneladas, representando um decréscimo de 5,7% em relação à produção de 30.555 toneladas, obtida em 2005.

O principal estado produtor foi o Acre, concentrando 35,5% do total coletado. Seguem-no o Amazonas (31,8%), o Pará (18,4%) e Rondônia (9,2%).

Com participações menores, aparece Amapá (3,2%), Mato Grosso (1,6%) e Roraima (0,3%) (quadro 4).

Quadro 4: Quantidade e valor da produção de castanha-do-pará em 2006.

Brasil e Região Norte	Castanha-do-Pará	
	Quantidade (t)	Valor (1000 R\$)
Brasil	28806	43908
Norte	28332	43174
Acre	10217	12254
Amazonas	9165	21792
Pará	5291	5867
Rondônia	2652	2599
Amapá	917	614
Roraima	91	49
Tocantins	-	-

Fonte: adaptado de IBGE, 2006.

Entre os dez maiores municípios produtores de castanha-do-pará destacou-se, na primeira colocação, Rio Branco no Acre, que deteve 9,9% da produção nacional de 2006. Na sequência Porto Velho (7,9%) em Rondônia, os municípios acreanos de Sena Madureira (6,6%), Xapuri (6,5%) e Brasiléia (6,0%), Alvarães (4,4%) no Amazonas, Oriximiná (4,2%) no Pará, e os municípios amazonenses de Lábrea (4,2%), Novo Aripuanã (3,6%) e Boca do Acre (2,9%). Juntos eles responderam por 56,2% do total coletado no país em 2006 (Tabela 3).

Tabela 3: Quantidade produzida e participação relativa e acumulada de Castanha-do-Pará, dos vinte maiores municípios em 2006.

Dez maiores municípios produtores	Castanha-do-pará		
	Quantidade produzida (t)	Participações (%)	
		Relativa	Acumulada
Brasil	28 806	100,0	-
Rio Branco - AC	2 865	9,9	9,9
Porto Velho - RO	2 290	7,9	17,9
Sena Madureira - AC	1 889	6,6	24,5
Xapuri - AC	1 882	6,5	31,0
Brasiléia - AC	1 714	6,0	36,9
Alvarães - AM	1 265	4,4	41,3
Oriximiná - PA	1 210	4,2	45,5
Lábrea - AM	1 204	4,2	49,7
Novo Aripuanã - AM	1 024	3,6	53,3
Boca do Acre - AM	842	2,9	56,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2006.

Em 2007, a produção nacional somou 30.406 toneladas, representando um acréscimo de 5,6% em relação à produção de 28 806 toneladas, obtida em 2006 (Tabela 1).

O principal estado produtor foi o Acre, concentrando 34,1% do total coletado. Seguem-no o Amazonas (29,2%), o Pará (25,1%) e Rondônia (6,9%).

Entre os 20 maiores municípios produtores de castanha-do-pará, Rio Branco, no Acre, deteve 9,5% da produção nacional de 2007, ficando na primeira posição (Tabela 4).

Destacam-se também, Oriximiná (7,1%) no Pará, Xapuri (6,3%), Sena Madureira (6,2%) e Brasiléia (5,9%) no Acre, e Porto Velho (5,6%) em Rondônia. Juntos, os 20 maiores produtores de castanha-do-pará responderam por 77,2% do total coletado no País em 2007.

Tabela 4: Quantidade produzida e participação relativa e acumulada de Castanha-do-Pará, dos vinte maiores municípios em 2007.

Municípios produtores e respectivas Unidades da Federação	Castanha-do-pará		
	Quantidade produzida (t)	Participações (%)	
		Relativa	Acumulada
Brasil	30 406	100,0	-
Rio Branco - AC	2 901	9,5	9,5
Oriximiná - PA	2 150	7,1	16,6
Xapuri - AC	1 906	6,3	22,9
Sena Madureira - AC	1 897	6,2	29,1
Brasiléia - AC	1 799	5,9	35,0
Porto Velho - RO	1 690	5,6	40,6
Alvarães - AM	1 303	4,3	44,9
Lábrea - AM	1 240	4,1	49,0
Óbidos - PA	1 075	3,5	52,5
Novo Aripuanã - AM	1 054	3,5	56,0
Boca do Acre - AM	868	2,9	58,8
Humaitá - AM	831	2,7	61,5
Alenquer - PA	760	2,5	64,0
Acará - PA	720	2,4	66,4
Tefé - AM	668	2,2	68,6
Manicoré - AM	655	2,2	70,8
Tabatinga - AM	564	1,9	72,6
Epitaciolândia - AC	500	1,6	74,3
Altamira - PA	498	1,6	75,9
Laranjal do Jari - AP	390	1,3	77,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2007.

Em 2008, dentre os produtos não madeireiros, que se destacam em função da magnitude do valor de suas produções está a castanha-do-pará com R\$ 5,7milhões.

Entre as regiões do Brasil, a região Norte foi responsável por 95,4% da produção de castanha-do-pará. Houve um acréscimo de 1,3% da produção de Castanha-do-Pará entre 2007 (30.406t) e 2008 (30.815t).

Em 2008, a produção nacional somou 30.815 toneladas, representando um acréscimo de 1,3% em relação à produção de 30 406 toneladas obtida em 2007 (Quadro 5).

Quadro 5: Quantidade e valor da produção de castanha-do-pará em 2008.

Brasil e Região Norte	Castanha-do-Pará	
	Quantidade (t)	Valor (1000 R\$)
Brasil	30815	45732
Norte	29384	42936
Acre	11521	9281
Amazonas	9111	23502
Pará	6203	7257
Rondônia	1927	2386
Amapá	519	450
Roraima	102	60
Tocantins	-	-

Fonte: adaptado de IBGE, 2008.

O principal estado produtor foi o Acre, concentrando 37,4% do total coletado. Seguem-no o Amazonas (29,6%), o Pará (20,1%) e Rondônia (6,2%).

Entre os 20 maiores municípios produtores de castanha-do-pará (Tabela 5), Rio Branco, no Acre, detendo 7,0% da produção nacional de 2008, ficando na primeira posição, seguido por Brasiléia (6,9%), Xapuri (6,7%) e Sena Madureira (6,3%). Destacam-se também, Porto Velho (5,0%), em Rondônia, Alvarães (4,2%) e Lábrea (4,1%), no Amazonas e Oriximiná (4,1%), no Pará.

Tabela 5: Quantidade produzida e participação relativa e acumulada de Castanha-do-Pará, dos vinte maiores municípios em 2008.

Municípios produtores e respectivas Unidades da Federação	Castanha-do-pará		
	Quantidade produzida (t)	Participações (%)	
		Relativa	Acumulada
Brasil	30 815	100,0	-
Rio Branco - AC	2 160	7,0	7,0
Brasiléia - AC	2 120	6,9	13,9
Xapuri - AC	2 061	6,7	20,6
Sena Madureira - AC	1 939	6,3	26,9
Porto Velho - RO	1 545	5,0	31,9
Alvarães - AM	1 285	4,2	36,1
Lábrea - AM	1 277	4,1	40,2
Oriximiná - PA	1 250	4,1	44,3
Novo Aripuanã - AM	1 086	3,5	47,8
Boca do Acre - AM	902	2,9	50,7
Humaitá - AM	865	2,8	53,5
Óbidos - PA	800	2,6	56,1
Senador Guiomard - AC	770	2,5	58,6
Alenquer - PA	770	2,5	61,1
Acará - PA	726	2,4	63,5
Tefé - AM	681	2,2	65,7
Manicoré - AM	674	2,2	67,9
Tabatinga - AM	592	1,9	69,8
Bujari - AC	564	1,8	71,6
Epitaciolândia - AC	543	1,8	73,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2008.

Juntos, os 20 maiores produtores de castanha-do-pará responderam por 73,4 % do total coletado no País, em 2008.

Em 2009, entre os produtos não madeireiros, que se destacam em função da magnitude do valor de suas produções está a Castanha-do-Pará com R\$ 52,3 milhões.

Quanto à participação das Grandes Regiões do País na produção, a Região Norte foi responsável por 95,9% da produção (Quadro 6).

Quadro 6: Quantidade e valor da produção de castanha-do-pará em 2009.

Brasil e Região Norte	Castanha-do-Pará	
	Quantidade (t)	Valor (1000 R\$)
Brasil	37467	52261
Norte	35941	49418
Amazonas	16012	29978
Acre	10313	8475
Pará	7015	8104
Rondônia	2107	2443
Amapá	390	356
Roraima	104	62
Tocantins	-	-

Fonte: adaptado de IBGE, 2009.

Em 2009, a produção nacional somou 37.467 toneladas, representando um acréscimo de 21,6% em relação à produção de 30.815 toneladas, obtida em 2008.

O principal estado produtor é o Amazonas, concentrando 42,7% do total coletado. Seguem-no o Acre (27,5%) e o Pará (18,7%).

Entre os 20 maiores municípios produtores de castanha-do-pará (Tabela 6), Beruri no Amazonas, deteve 18,9% da produção nacional de 2009, ficando na primeira posição, seguido pelos municípios acreanos Brasiléia (5,2%), Rio Branco (5,1%), Sena Madureira (4,9%) e Xapuri (4,7%). Destaca-se, também, o Município de Porto Velho (4,5%) em Rondônia.

Juntos, os 20 maiores produtores de castanha-do-pará responderam por 76,8 % do total coletado no País, em 2009.

Tabela 6: Quantidade produzida e participação relativa e acumulada de Castanha-do-Pará, dos vinte maiores municípios em 2009.

Municípios produtores e respectivas Unidades da Federação	Castanha-do-pará		
	Quantidade produzida (t)	Participações (%)	
		Relativa	Acumulada
Brasil	37 467	100,0	-
Beruri - AM	7 085	18,9	18,9
Brasiléia - AC	1 930	5,2	24,1
Rio Branco - AC	1 900	5,1	29,1
Sena Madureira - AC	1 822	4,9	34,0
Xapuri - AC	1 760	4,7	38,7
Porto Velho - RO	1 701	4,5	43,2
Oriximiná - PA	1 625	4,3	47,6
Alvarães - AM	1 323	3,5	51,1
Lábrea - AM	1 303	3,5	54,6
Óbidos - PA	1 120	3,0	57,6
Boca do Acre - AM	913	2,4	60,0
Humaitá - AM	874	2,3	62,3
Alenquer - PA	820	2,2	64,5
Novo Aripuanã - AM	762	2,0	66,6
Tefé - AM	702	1,9	68,4
Manicoré - AM	699	1,9	70,3
Senador Guimard - AC	670	1,8	72,1
Acará - PA	653	1,7	73,8
Tabatinga - AM	599	1,6	75,4
Bujari - AC	510	1,4	76,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2009.

No ano de 2010, a castanha-do-pará também esteve entre os produtos não madeireiros do extrativismo vegetal que se destacaram, pelo valor da produção, atingindo o equivalente a R\$ 55,2 milhões.

Um dos principais produtos de exportação da Amazônia, a castanha-do-pará apresentou aumento de 7,7% em sua produção (40.357 toneladas), mantendo a tendência de crescimento verificada nos últimos três anos. Tal variação se deve à grande procura pelo produto, principalmente por empresas ligadas ao comércio exterior.

O Amazonas foi o principal estado produtor (16.039t), seguido pelo Acre (12.362t) e pelo Pará (8.128t) (Quadro 7).

Quadro 7: Quantidade e valor da produção de castanha-do-pará em 2010.

Brasil e Região Norte	Castanha-do-Pará	
	Quantidade (t)	Valor (1000 R\$)
Brasil	40357	55194
Norte	38879	53419
Amazonas	16039	26244
Acre	12362	14083
Pará	8128	10129
Rondônia	1797	2492
Amapá	447	402
Roraima	106	68
Tocantins	-	-

Fonte: adaptado de IBGE, 2010.

Dos 20 municípios maiores produtores, o primeiro colocado é Beruri, no Amazonas, com 6.600 toneladas, sendo que mais outros oito se encontram nesse mesmo estado, seis no Acre, quatro no Pará e um em Rondônia.

Juntos são responsáveis por 77,0% da produção nacional (Tabela 7).

Tabela 7: Quantidade produzida e participação relativa e acumulada de Castanha-do-Pará, dos vinte maiores municípios em 2010.

Municípios produtores e respectivas Unidades da Federação	Castanha-do-pará		
	Quantidade produzida (t)	Participações	
		Relativa (%)	Acumulada
Brasil	40 357	100,0	-
Beruri - AM	6 600	16,4	16,4
Brasiléia - AC	3 760	9,3	25,7
Rio Branco - AC	2 210	5,5	31,2
Xapuri - AC	2 190	5,4	36,6
Oriximiná - PA	2 100	5,2	41,8
Óbidos - PA	1 750	4,3	46,2
Porto Velho - RO	1 412	3,5	49,7
Sena Madureira - AC	1 384	3,4	53,1
Lábrea - AM	1 300	3,2	56,3
Boca do Acre - AM	1 200	3,0	59,3
Manicoré - AM	1 125	2,8	62,1
Alvarães - AM	840	2,1	64,2
Novo Aripuanã - AM	750	1,9	66,0
Senador Guiomard - AC	740	1,8	67,8
Alenquer - PA	740	1,8	69,7
Acará - PA	660	1,6	71,3
Humaitá - AM	625	1,5	72,9
Tefé - AM	600	1,5	74,3
Bujari - AC	570	1,4	75,8
Tabatinga - AM	500	1,2	77,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2010.

No ano de 2011, a Castanha-do Pará representou R\$ 69,4 milhões entre os produtos não madeireiros do extrativismo vegetal que se destacaram no país. Quanto à participação das Grandes Regiões na produção, a Região Norte foi responsável por R\$ 69,4 milhões (Quadro 8).

Quadro 8: Quantidade e valor da produção de castanha-do-pará em 2011.

Brasil e Região Norte	Castanha-do-Pará	
	Quantidade (t)	Valor (1000 R\$)
Brasil	42152	69404
Norte	39917	65159
Amazonas	14661	25531
Acre	14035	19329
Pará	7192	12574
Rondônia	3523	7282
Amapá	401	375
Roraima	105	68
Tocantins	-	-

Fonte: adaptado de IBGE, 2011a.

A produção de castanha-do-pará, em 2011, foi 4,4% superior à verificada em 2010, fruto da grande procura pelo produto, principalmente por empresas ligadas ao comércio exterior. Os principais estados produtores foram Amazonas (14.661 toneladas), Acre (14.035 toneladas) e Pará (7.192 toneladas).

Em relação aos 20 maiores municípios produtores, o primeiro colocado foi o município amazonense de Beruri, com 6.100 toneladas.

Fazem parte deste ranking outros seis do Estado do Amazonas, sete do Acre, quatro do Pará e dois de Rondônia. Juntos são responsáveis por 74,3% da produção nacional (Tabela 8).

Tabela 8: Quantidade produzida e participação relativa e acumulada de Castanha-do-Pará, dos vinte maiores municípios em 2011.

Municípios produtores e respectivas Unidades da Federação	Castanha-do-pará		
	Quantidade produzida (t)	Participações (%)	
		Relativa	Acumulada
Brasil	42 152	100,0	-
Beruri - AM	6 100	14,5	14,5
Brasiléia - AC	3 880	9,2	23,7
Guajará-Mirim - RO	2 355	5,6	29,3
Xapuri - AC	2 284	5,4	34,7
Rio Branco - AC	2 220	5,3	39,9
Sena Madureira - AC	1 975	4,7	44,6
Oriximiná - PA	1 680	4,0	48,6
Lábrea - AM	1 250	3,0	51,6
Óbidos - PA	1 225	2,9	54,5
Boca do Acre - AM	1 200	2,8	57,3
Porto Velho - RO	894	2,1	59,5
Manicoré - AM	850	2,0	61,5
Capixaba - AC	776	1,8	63,3
Senador Guimard - AC	769	1,8	65,1
Acará - PA	720	1,7	66,8
Alenquer - PA	710	1,7	68,5
Novo Aripuanã - AM	683	1,6	70,2
Alvarães - AM	630	1,5	71,6
Tefé - AM	600	1,4	73,1
Bujari - AC	516	1,2	74,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2011.

No ano de 2012 a Castanha-do-Pará manteve-se entre os produtos não madeireiros do extrativismo vegetal que se destacaram pelo valor da produção atingindo R\$ 68,4 milhões.

A região Norte foi responsável por 96,0% do extrativismo vegetal da castanha, assim distribuídas a participação dos estados (Quadro 9).

Quadro 9- Quantidade e valor da produção de castanha-do-pará em 2012.

Brasil e Região Norte	Castanha-do-Pará	
	Quantidade (t)	Valor (1000 R\$)
Brasil	38805	68437
Norte	37267	64944
Acre	14088	23792
Amazonas	10478	20715
Pará	10449	16808
Rondônia	1714	3131
Amapá	426	419
Roraima	112	79
Tocantins	-	-

Fonte: adaptado de IBGE, 2012.

Em 2012, a baixa produtividade nos castanhais do Estado do Amazonas e o baixo preço praticado no mercado no Estado de Rondônia foram os principais motivos do decréscimo da produção em relação ao ano passado.

A produção de Castanha-do-Pará em 2012 foi de 38.805 toneladas, 7,9% menor que a obtida em 2011.

Os principais estados produtores foram o Acre (14.088t), Amazonas (10.478t), e o Pará (10.449t) respectivamente.

Dos 20 municípios maiores produtores, o primeiro colocado foi o município acreano de Brasiléia, com 4.169 toneladas, fazem parte deste *ranking*, outros seis do Estado do Acre, sete do Amazonas, quatro do Pará e dois de Rondônia. Juntos, são responsáveis por 71,1% da produção nacional (Tabela 9).

Tabela 9: Quantidade produzida e participação relativa e acumulada de Castanha-do-Pará, dos vinte maiores municípios em 2012.

Municípios produtores e respectivas Unidades da Federação	Castanha-do-pará		
	Quantidade produzida (t)	Participações (%)	
		Relativa	Acumulada
Brasil	38 805	100,0	-
Brasiléia - AC	4 169	10,7	10,7
Oriximiná - PA	3 000	7,7	18,5
Óbidos - PA	3 000	7,7	26,2
Xapuri - AC	2 453	6,3	32,5
Rio Branco - AC	2 200	5,7	38,2
Sena Madureira - AC	1 614	4,2	42,4
Beruri - AM	1 500	3,9	46,2
Boca do Acre - AM	1 100	2,8	49,1
Lábrea - AM	980	2,5	51,6
Porto Velho - RO	948	2,4	54,0
Tefé - AM	800	2,1	56,1
Capixaba - AC	776	2,0	58,1
Senador Guimard - AC	770	2,0	60,1
Acará - PA	760	2,0	62,0
Alenquer - PA	680	1,8	63,8
Manicoré - AM	660	1,7	65,5
Codajás - AM	574	1,5	67,0
Guajará-Mirim - RO	573	1,5	68,4
Bujari - AC	516	1,3	69,8
Nova Olinda do Norte - AM	512	1,3	71,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2012.

V.II - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CASTANHA-DO-BRASIL (CASTANHA-DO-PARÁ).

A Castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa* Humb. Bompl), conhecida no mercado nacional brasileiro como Castanha-do-Pará, faz parte de um conjunto ou cesta de nozes ou castanhas que são comercializadas no mercado internacional. No mercado mundial a castanha-do-brasil é denominada de *brazil nut* e tem a característica de ter sua produção oriunda de sistema extrativo, tendo em vista que a safra é quase totalmente coletada de árvores nativas da floresta amazônica (SANTOS, SENA, ROCHA, 2009).

O comércio internacional de castanha-do-brasil experimentou significativas transformações nas três últimas décadas do século XX. Essas mudanças resultaram de alterações tanto do lado da demanda, quanto do lado da oferta. Uma das mudanças mais marcantes foi à substituição do Brasil pela Bolívia como principal fornecedor mundial. Os dois países juntamente com o Peru respondem por quase 100% da produção e exportações mundiais primárias (sem considerar as reexportações). Nas estatísticas internacionais, outros países aparecem eventualmente como reexportadores da castanha, como é o caso do Chile. A castanha-do-brasil é um dos produtos de comércio internacional originários de países não desenvolvidos e consumido predominantemente em países desenvolvidos. Os maiores consumidores são os Estados Unidos e a União Europeia (SANTOS, SENA, ROCHA, 2009).

Nas últimas quatro décadas, as exportações médias brasileiras de castanha vêm decrescendo progressivamente, em parte pela substituição de áreas de castanhais nativos por cultivos agropecuários e em parte pela ação de outros países produtores, que passaram a exportar diretamente para os países consumidores (SANTOS, SENA, ROCHA, 2009).

De acordo com Enríquez (2009), há mais de dois séculos o Brasil exporta castanhas para o mercado europeu e americano, mas o mercado interno ainda é pouco desenvolvido e faltam informações sobre dados do mercado de castanha com casca e sem casca.

Nos últimos 25 anos (de 1989 a 2013) a quantidade de Castanha-do-Brasil (Castanha-do-Pará) exportada para o mercado internacional e a valor gerado em milhões (US\$ FOB) pode ser representado pela Figura 7 abaixo:

**Mercado Internacional-Exportação de produtos não-madeireiros-
Castanha-do-Pará, em 25 anos (1989 a 2013)**

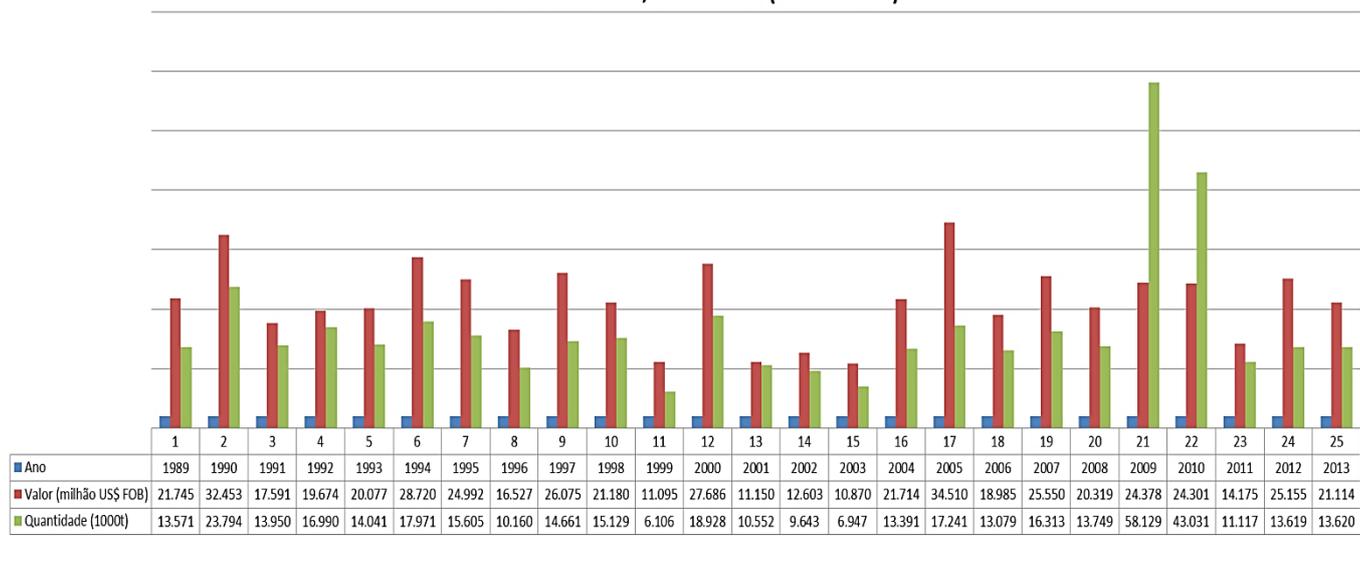


Figura 7: Exportação de produtos não-madeireiros, Castanha-do-Pará – Mercado internacional em 25 anos (1989 a 2013)

Fonte: MDCI, 2013 / Elaborado pela autora.

Enríquez (2009) destaca que as exportações de castanha com casca são três vezes maiores do que as de castanha sem casca e processadas (com um maior valor agregado). A oferta depende dos ciclos da natureza e também da acessibilidade às zonas produtivas. Existem também dificuldades de padronizar a produção, tanto em relação à qualidade como em quantidade, devido às influências das condições climáticas.

Atualmente está ocorrendo uma queda da produção, relacionada com a falta de incentivos governamentais aos produtores extrativistas, ao desmatamento da Região Amazônica, que vem causando uma redução das áreas de plantio das castanheiras para dar espaço a outras culturas (como o eucalipto), apesar da proibição do corte de exemplares nativos. Também existe a falta de dados do governo brasileiro sobre extrativismo (TAVARES, 2010).

Existem também problemas na organização das cooperativas, as principais responsáveis pela extração da castanha. As cooperativas precisam agregar valor, diversificar os produtos originados da castanha-do-brasil e concorrer com o mercado externo. Na atividade de extração da matéria-prima não há internalização do conhecimento, especialização da mão-de-obra e verticalização da produção na comunidade (VILHENA, 2004 apud TAVARES, 2010).

Na cadeia produtiva da castanha existe a necessidade de diversificação da produção, de modernização da estrutura produtiva do extrativismo e também de garantir a infraestrutura econômica para a produção e fortalecer a implantação da pesquisa aplicada ao desenvolvimento de produtos que vêm da biodiversidade. O desenvolvimento regional só será possível quando aumentarem os investimentos em pesquisas e tecnologias apropriadas, realizadas pelo setor público ou por empresas privadas (VILHENA, 2004).

Neste contexto, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento-CONAB (2012), a produção brasileira de castanha, basicamente no que se refere ao comércio, obedece a dois fluxos: o consumo interno e a exportação. Essa relação tem se alterado na proporção de 25% a 30% para a exportação, e 70% a 75% para o consumo interno. No caso das exportações pode-se destacar como principal destino à Bolívia, com o produto “in natura”, seguida dos Estados Unidos, incluindo castanha beneficiada, Honk Kong, Europa, Austrália (países mais significativos).

A Figura 8 abaixo ilustra a movimentação da produção e do consumo interno, assim como das exportações até o ano de 2011.

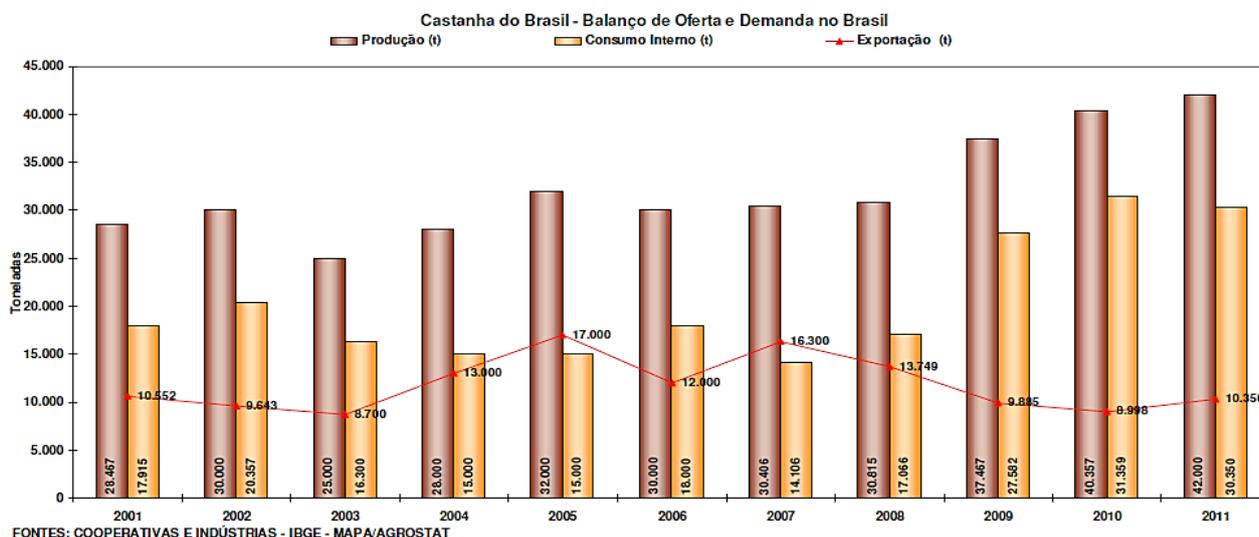


Figura 8: Movimentação da produção, consumo interno e das exportações entre os anos de 2001 a 2011.

Nos quatro primeiros meses de 2012, o volume total das exportações de castanha do Brasil atingiu 4.940 toneladas, gerando uma receita de U\$S 6,5 milhões, valor 65,6% superior ao observado no mesmo período de 2011. A elevação na receita com a exportação do produto e nos volumes exportados é

reflexo de uma melhora nos preços internacionais, principalmente dos compradores Europeus e Norte-americanos, pois são os que melhor remuneraram o produto (CONAB, 2012).

Por se tratar de uma atividade extrativista, são vários os fatores que interferem nessa relação, sendo o preço o mais forte com certeza. Sob esse aspecto a ação governamental de apoio à produção extrativista tem gerado resultados muito positivos, uma vez que a organização dos núcleos em cooperativas e organizações de classe tem dado maior poder de negociação, vez que a cadeia produtiva, por ser muito frágil, depende de poucos compradores que praticamente ditam o preço (CONAB, 2012).

Essas ações fizeram com que o preço médio pago aos produtores se levasse nos últimos onze anos, praticamente em 460%, passando de uma média de R\$ 0,35/kg em 2000, para os atuais R\$ 2,05/kg em 2012 (CONAB, 2012).

PREÇO PAGO AO PRODUTOR (em R\$/kg)

Centro de Produção	Un.	Períodos anteriores		Preço Mensal	
		12 meses	1 mês	Média mercado	Preço Mínimo
Região Norte	Kg	1,88	2,14	2,05	1,05

Fonte: Conab - Preço médio pago aos produtores. produto c/casca "in natura"

Na Figura 9 abaixo pode-se visualizar a movimentação dos preços a partir de setembro de 2009 nos principais estados produtores, demonstrando aí a grande sazonalidade destes, pois além do que foi relacionado anteriormente (a fragilidade da cadeia na comercialização), a coleta do produto é feita em um espaço de tempo curto.

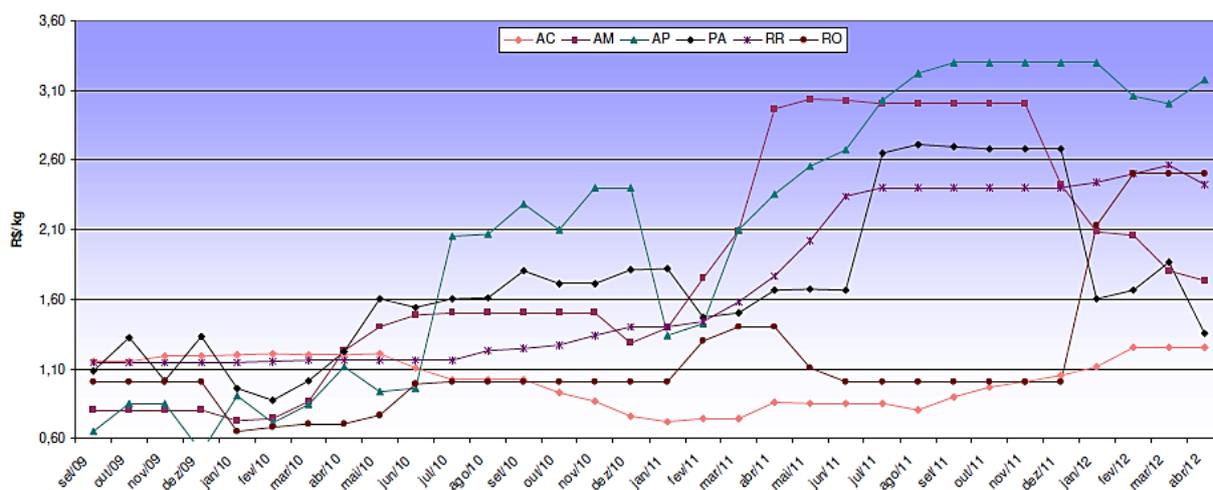


Figura 9: Castanha do Brasil – Preço recebido Produtor
Fonte: Conab/Siagro

V.III- SITUAÇÃO DO MERCADO

O mercado mundial de Castanha-do-Pará, até a década de 90, era dominado pelo Brasil, que entre os anos de 1986 a 1990, foi responsável por uma média de 74% da exportação, seguido da Bolívia com 13%, Peru com 9% e os outros países com 4% (LaFleur, 1993 apud Filocreão, 2008). A partir da metade da década de 1990, a situação mudou, e a Bolívia assumiu a liderança no mercado mundial de castanha. Segundo Pennacchio (2006), até 1990, o Brasil ocupou posição de liderança no mercado mundial, com 80% do comércio e uma produção de 51.000t. Com a atual redução da produção brasileira para cerca de 30.000t, a Bolívia passou a ser o maior exportador mundial, com volume da ordem de 50.000t anuais.

Alguns dos fatores responsáveis pela queda da produção tem sido a redução dos castanhais produtivos; deficiências na cadeia produtiva, em especial nas logísticas de transporte e de armazenamento; ausência de políticas e de programas de incentivo à produção, de apoio direto à comercialização e de sustentação de renda ao extrativista; dificuldades de atendimento às exigências fitossanitárias para exportação, especialmente quanto aos limites de tolerância para presença de aflotoxina (até 30 ppb no Brasil e até 0,4 ppb nos EUA e na Europa) (PENNACCHIO, 2006).

O extrativismo da castanha-do-brasil é uma importante fonte de rendimento para os grupos indígenas da Bolívia, Brasil e Peru. Nesses países, a cadeia de suprimentos da castanha emprega diretamente cerca de 15.000 pessoas (Angelo et al, 2013a). Já na Amazônia, aproximadamente 35 mil pessoas sobrevivem da extração de castanha-do-pará, através da coleta do produto no interior da floresta Amazônica. Em se tratando de toda a cadeia produtiva, são aproximadamente 100 mil pessoas envolvidas direta ou indiretamente nessa atividade econômica, na coleta, pós-coleta e beneficiamento da amêndoa (REDBIO, 2009).

O valor da produção brasileira de castanha, tem crescido a uma taxa média de 7,2% ao ano desde 1989 (Angelo et al, 2013b), alcançando em 2009 mais de R\$ 52 milhões (IBGE, 2011).

Atualmente, o Brasil detém 37% da produção mundial, ficando à frente do Peru, que contribui com 13%, e atrás da Bolívia, que é responsável por 50%

da produção mundial (TONINI, 2007; MARTINS et al., 2008; SILVA, 2010). A Bolívia domina o mercado da castanha, não só em quantidade exportada, mas também em tecnologia, níveis sanitários e, principalmente, valor agregado. Controla 71% do mercado de castanha processada (COSLOVSKY, 2005; MARTINS et al., 2008).

A produção extrativa brasileira da castanha concentra-se principalmente no Estado do Amazonas, responsável por 31,9% da produção média nacional, no período de 2000 a 2009. Nesse período, os Estados do Acre e do Pará contribuíram com cerca de, 28,7% e 22,6% da produção média nacional, respectivamente (IBGE, 2010).

Até o ano de 2011, o estado do Amazonas manteve-se a frente na produção da região Norte, conforme apresentado na Figura 10.

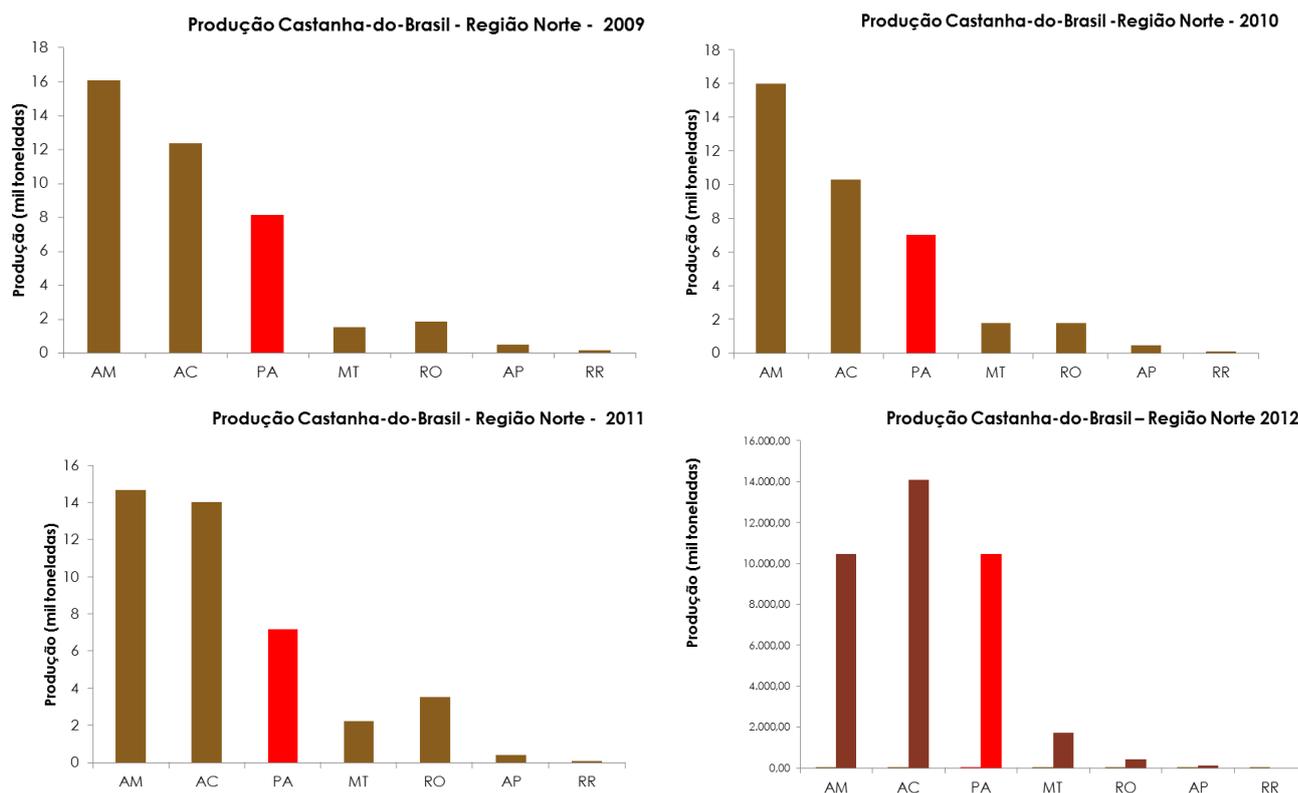


Figura 10: Produção de Castanha do Brasil na Região Norte, de 2009 a 2012.

Fonte: IBGE, 2010 / Elaborado pela autora.

No ano de 2009, a produção foi de 16.039t no Amazonas, seguido pelo Estado do Acre e Pará com 12.362t e 8.128t respectivamente. Em 2010 o Estado do Amazonas produziu 16.012t, enquanto Acre e Pará produziram

10.313t e 7.015t, respectivamente. No ano de 2011, o Amazonas produziu 14.661t, o Acre 14.035t e o Pará 7.192t. No ano de 2012, observa-se um crescimento na produção de Castanha-do-Brasil no Estado do Acre, cuja produção foi de 14.088t, enquanto que o Amazonas e Pará produziram 10.478t e 10.449t, respectivamente.

V.IV - MUNICÍPIOS PARAENSES QUE MAIS SE DESTACAM NA PRODUÇÃO NACIONAL

Dentre os produtos do extrativismo vegetal, a castanha-do-pará merece destaque, por ter movimentado 55,2 milhões de reais, ocupando a sexta colocação, em valor comercializado, entre os produtos do extrativismo no Brasil no ano 2009. Do total de 40.357 toneladas de castanha extraída no Brasil, 96,3% são oriundos de florestas da Região Norte do Brasil (IBGE, 2010).

O Estado do Pará, em terceiro lugar, corresponde a 8.128 toneladas (20,14% da produção), gerando uma receita da ordem de 10,13 milhões de reais. Deste montante, a região de integração do Baixo Amazonas foi responsável por contribuir com 98,24%.

No Pará, os municípios que mais extraíram a castanha, no ano de 2010, foram Oriximiná, com 2.100 toneladas (5,2% da produção brasileira), Óbidos, com 1.750 toneladas (4,3%). Considerando os últimos 13 anos, a produção apresentou a seguinte composição, conforme Figura 11.

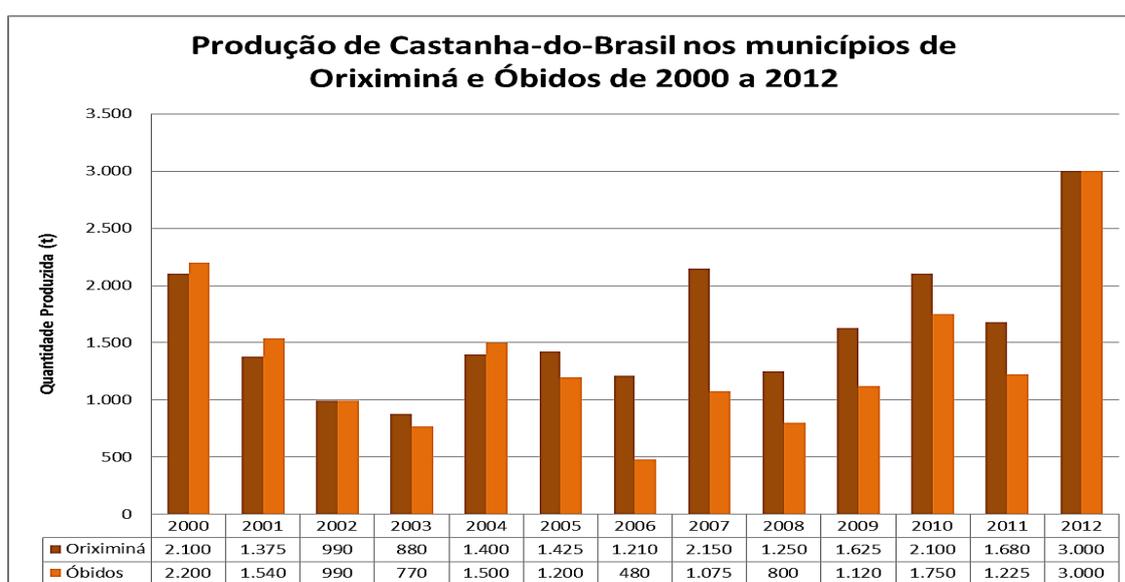


Figura 11: Produção de castanha-do-Brasil nos municípios de Oriximiná e Óbidos considerando os anos de 2000 a 2012. / Fonte: IBGE, 2013/ Elaborado pela autora.

Na tabela 10 abaixo se destacam a quantidade produzida, a participação relativa e acumulada na produção de castanhas nos municípios de Oriximiná e Óbidos de 2004 a 2012, conforme dados levantados junto ao IBGE.

Tabela 10: Quantidade produzida e participação relativa e acumulada de Castanha-do-Pará, nos municípios de Oriximiná e Óbidos de 2004 a 2012.

ANO	Quantidade Produzida (t)		Participação Relativa (100%)		Participação Acumulada (100%)	
	Oriximiná	Óbidos	Oriximiná	Óbidos	Oriximiná	Óbidos
2004	1400 (t)	1500 (t)	5,17	5,54	31,20	20,54
2005	1425 (t)	1200 (t)	4,7	3,9	40,5	48,5
2006	1210 (t)	-	4,2	-	45,5	-
2007	2150 (t)	1075 (t)	7,1	3,5	16,6	52,5
2008	1250 (t)	800 (t)	4,1	2,6	44,3	56,1
2009	1625 (t)	1120 (t)	4,3	3,0	47,6	57,6
2010	2100 (t)	1750 (t)	5,2	4,3	41,8	46,2
2011	1680 (t)	1225 (t)	4,0	2,9	48,6	54,5
2012	3000 (t)	3000 (t)	7,7	7,7	18,5	26,2

Fonte: IBGE, 2004 a 2012 / Elaborado pela autora.

Nos últimos anos o município de Oriximiná esteve à frente na produção de castanha em relação ao município de Óbidos, especificamente nos anos de 2003, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011. Já no ano de 2012 os municípios apresentam produção equivalente de 3000t cada município.

Atualmente, os quilombolas do município de Oriximiná, áreas produtoras de castanhas, vivem em nove territórios étnicos nas margens dos Rios Trombetas, Erepecuru, Acapu e Cuminã. Eles estão organizados em 35 comunidades cujos moradores estão ligados por uma extensa rede de parentesco que conecta todos os núcleos de moradia.

O município de Oriximiná está situado na Calha Norte do Pará, região que abriga o maior mosaico de áreas protegidas do mundo que incluem 12,8 milhões de hectares de unidades de conservação estaduais, 1,3 milhão de hectares de unidades de conservação federais, 7,2 milhões de Terras Indígenas (BANDEIRA et al, 2010; ANDRADE, 2011).

Na Calha Norte estão situadas sete terras quilombolas já tituladas onde vivem 32 comunidades quilombolas: Boa Vista, Água Fria, Trombetas, Erepecuru e Alto Trombetas (no Município de Oriximiná), Pacoval (no Município de Alenquer) e Cabeceiras (em Óbidos). Outras 36 comunidades quilombolas,

nos Municípios de Oriximiná, Óbidos, Santarém, Alenquer e Monte Alegre, ainda aguardam pela regularização de suas terras (ANDRADE, 2011).

As comunidades costumam repassar o que produzem ou as associações/cooperativas para comercializarem junto as indústrias, alguns entregam a atravessadores locais e regionais ou ainda vendem diretamente o que produzem as usinas de beneficiamento. Ainda se observa a prática de aviamento entre os produtores e compradores de castanhas, forma de garantir a produção dos coletores enquanto disponibilizam material de insumo para o trabalho nos castanhais.

Observa-se que uma das maiores dificuldade enfrentadas na venda da produção dos extrativistas é a questão da formação e estabilização do preço do produto de forma que a venda desta produção converta-se em ganhos reais e justos as famílias extrativistas.

Trabalho de Silva et al (2013) ressaltam que a principal limitação apresentada pelos extrativistas nos municípios de Oriximiná e Óbidos é a falta de financiamento pelos bancos para a atividade de extrativismo de castanha. Em função disto, alguns coletores, menos capitalizados, vendem parte do produto antes da coleta e comprometem sua produção com preços abaixo do mercado, para poder custear a atividade.

A ausência de apoio governamental, em decorrência da inexistência de políticas públicas para o setor, foi sinalizada como alta dificuldade nos municípios. O preço também foi destacado, pois grande parte da produção é comercializada no período da safra, período em que o preço está mais baixo (SILVA et al, 2013).

Em relação às facilidades no processo de coleta, verificou-se que, em Óbidos os castanhais estão próximos das comunidades, apesar de suas áreas já terem diminuído por causa do desmatamento para expansão agropecuária. Em Oriximiná, os castanhais mais produtivos estão mais distantes, o que dificulta o acesso (SILVA et al, 2013).

Quanto ao transporte da produção é facilitado por atravessadores que se deslocam até as comunidades para comprar a castanha, o que, de certa forma, influencia no baixo preço do produto comercializado. Somado a isso, em Oriximiná, há o apoio da cooperativa dos extrativistas para o transporte. A venda da produção é facilitada, principalmente, pela existência de usinas de

processamento no município e pela alta demanda do produto. De acordo com os coletores, não há dificuldade para obter castanhas de qualidade, especialmente em Oriximiná, onde houve um treinamento de boas práticas da coleta e do tratamento, promovido pela cooperativa dos remanescentes quilombolas (SILVA et al, 2013).

No quadro 10 abaixo, descrição dos agentes mercantis na comercialização da castanha-do-brasil na região, segundo dados de PARÁ (2011).

Quadro 10 – Agentes mercantis na comercialização de castanha-do-Brasil na Calha Norte, Pará

MERCADO	SETORES	AGENTES MERCANTIS
LOCAL	Produção	Produção primária da castanha-do-brasil, coletada por extrativistas diretamente na floresta, que realizam a quebra dos ouriços liberando as sementes para serem comercializadas.
	Varejo Rural	Atravessadores (ou representantes) que possuem contratos com empresas de beneficiamento local e estadual que compram a castanha-do-brasil, somente na safra, diretamente dos coletores.
	Indústria de Beneficiamento	Grandes empresas que realizam o processamento industrial da castanha-do-brasil. Os procedimentos e equipamentos utilizados são segredos de cada indústria. As principais etapas são: armazenagem adequada, limpeza, secagem, separação (classificação da semente), cozimento, descascamento para obter a amêndoa, acondicionamento em embalagens aluminizadas e fechadas a vácuo, organizadas em caixas de papelão, para então serem embarcadas para atender o mercado nacional e internacional.
	Indústria de Transformação	Empresas (familiares) que compram a amêndoa diretamente do produtor local e transformam em doces;
	Atacado	Atacadistas, representantes de empresas e associações de coletores de castanhas, localizados nas sedes dos municípios, que adquirem grandes quantidades de castanha do setor da produção.
	Varejo urbano	Feirantes, um supermercado e comerciantes varejistas que comercializam a castanha na forma de semente para o consumidor final local.
ESTADUAL	Indústria de beneficiamento	Unidades de beneficiamento situadas no âmbito estadual (mais especificamente na região metropolitana de Belém) que realizam o processamento industrial e exportação da castanha. A presente pesquisa não conseguiu informações sobre os procedimentos e equipamentos utilizados no beneficiamento considerados segredos de empresa. Esse fato é justificado pelo setor ser oligopolizado.
	Varejo urbano	Comerciantes varejistas (supermercado) que comercializam a castanha beneficiada para o consumidor final estadual.
NACIONAL	Varejo urbano	Comércios varejistas (redes de supermercado) situados fora do Estado, assim como varejistas voltados para as vendas ao comércio exterior.

Fonte: adaptado PARÁ-IDESP, 2011.

VI - DESENVOLVIMENTO DO APL DA CASTANHA: PROBLEMAS, GARGALOS, POTENCIALIDADES E OPORTUNIDADES.

Em conversas com os agentes do APL da castanha, identificados nos municípios alvo da pesquisa e, durante as atividades desenvolvidas durante o Seminário promovido pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação-SECTI/Universidade Livre de Berlin-ULB, foi possível identificar os problemas, gargalos, potencialidades e oportunidades relacionadas aos eixos: (i) Economia da cadeia de valor da castanha do Brasil; (ii) Manejo e produção da Castanha-do-Brasil e (iii) Organização, comercialização e industrialização da Castanha-do-Brasil na Calha Norte. Os quadros 11 a 13 compilam informações geradas e discutidas entre os elos da cadeia produtiva e seus desdobramentos e direcionamentos na busca do fortalecimento da cadeia.

Quadro 11 – Compilações a cerca da economia da cadeia de valor da castanha do Brasil na Calha Norte, Pará.

Problemas, gargalos, potencialidades e oportunidades na economia da cadeia de valor da Castanha-do-Brasil na Calha Norte/Pará, identificados pelos agentes envolvidos na cadeia.	
PROBLEMAS	<ul style="list-style-type: none"> - Normas estabelecidas para as reservas podem transformar-se em obstáculos para o escoamento dos produtos. - Melhorar a segurança do coletor, em razão de não disporem de equipamento de proteção individual-EPI. - A existência ainda de sistema de aviamento. - Reflexos dos impactos das mudanças climáticas no desempenho da castanha. - As vias de acesso apresentam baixa condição para tráfego no período de escoamento (pontes, estradas, vicinais, ramais). - Baixo acesso a informações sobre boas práticas de manejo da castanha. - Desconhecimento de políticas de fomento à produção. - Baixo engajamento dos extrativistas aos processos coletivos. - Cumprimento da legislação em relação às áreas de conservação. - Ocorrência de áreas de plantação de castanhais sendo invadidas por outros grupos fora da comunidade.
GARGALOS	<ul style="list-style-type: none"> - Os custos do transporte para escoamento do produto, pois os castanhais são distantes dos centros de comercialização. - As oscilação do mercado, em que o preço cai muito para o extrativista. - A redução das áreas de coleta, com destaque ao Município de Curuá, pois não dispõe de unidades de conservação. - Castanhais sendo transformados em pastagem.
POTENCIALIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - A extração da castanha como prática histórica junto às populações da região. - A existe de estabilidade fundiária, por meio da política que ordena a gestão territorial através de políticas de Estado. - A existência na SECTI de uma coordenação de exclusiva para desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais-APL's. - A organização das atividades produtivas das famílias, considerando que a extração da castanha é temporária. - As comunidades detêm o conhecimento da área e do manejo extrativista da castanha, além de dispor do produto em quantidade. - A Castanha do Brasil é um recurso renovável. - As existência de políticas de reflorestamento.
OPORTUNIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilidades de parcerias dos agentes da cadeia produtiva. - A inclusão da castanha-do-Brasil na alimentação escolar, com abertura de um novo mercado interno. - O atendimento de novos mercados, com um maior controle no gerenciamento do fluxo do produto na cadeia produtiva.

Quadro 12 – Compilações a cerca do manejo e produção da Castanha-do-Brasil na Calha Norte, Pará.

Problemas, gargalos, potencialidades e oportunidades no manejo e produção da castanha do Brasil na Calha Norte /Pará identificados pelos agentes envolvidos na cadeia.	
PROBLEMAS	<ul style="list-style-type: none"> - As dificuldades de acesso aos castanhais (terrestre e fluvial). - As irregularidade fundiárias de algumas áreas de produção. - O envelhecimento de castanhais refletindo em queda na produção. - A falta de manejo das castanheiras (corte de cipós). - A insalubridade no trabalho (quedas do ouriços, mordida de cobra, insetos, etc.). - A falta de capacitação para o manejo e produção. - A falta de áreas de plantio de castanheiras (investimento em longo prazo).
GARGALOS	<ul style="list-style-type: none"> - A invasão por madeireiros em áreas de quilomba. - A ocorrência de desmatamento por fazendeiros. - As distâncias dos castanhais para as comunidades e municípios compradores (custo alto x baixo benefício). - O baixo preço pago pela castanha aos coletores (a oscilação desestimula o manejo da castanha). - Os problemas no armazenamento. - A alta concorrência de castanhais de uso comum. - A ausência do estado (falta de assistência técnica, fiscalização, infraestrutura precária).
POTENCIALIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - A quebra/corte do ouriço no local de coleta serve como adubo. - As áreas de florestas preservadas. - O armazenamento do produto adequado. - As via de escoamento da castanha (fluviais). - A grande quantidade de castanha produzida na região. - Persistência dos castanheiros.
OPORTUNIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - As parcerias (universidade, ONG's, governo, indústrias). - A recuperação de áreas degradadas (plantios de castanheiras). - Os intercâmbios de trocas de experiências. - O desenvolvimento de boas práticas no manejo da castanha. - A possibilidade de implementar sistemas silvipastoris.

Quadro 13 – Compilações a cerca da organização, comercialização e industrialização da Castanha-do-Brasil na Calha Norte /Pará.

Problemas, gargalos, potencialidades e oportunidades na organização, comercialização e industrialização da castanha do Brasil na Calha Norte /Pará identificados pelos agentes envolvidos na cadeia.	
PROBLEMAS	<ul style="list-style-type: none"> - A ausência de planejamento territorial. - A indefinição da cadeia produtiva (fraca governança/não visão de cadeia). - A falta de investimento em tecnologia. - A deficiência de capital social. - A falta de amparo legal para profissão de extrativista. - A falta de mão-de-obra qualificada. - A necessidade de capacitação em controle de qualidade/segurança no trabalho.
GARGALOS	<ul style="list-style-type: none"> - A deficiência na logística de escoamento. - A formação do preço desproporcional na cadeia (da base ao consumidor final). - O bloqueio da união europeia a castanha brasileira por questões fitossanitárias. - A insuficiência nas políticas de Estado.
POTENCIALIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - As comunidades já organizadas em associações e cooperativas. - As comunidades detém o conhecimento sobre a extração. - As industriais locais (se preparando para atender as demandas de segurança alimentar dos mercados nacionais e internacionais). - As perspectivas positivas das próprias comunidades de fazerem o beneficiamento da castanha (construir uma usina dos quilombolas). - O valor nutricional da castanha. - A produção que não estimula o desmatamento na Amazônia. - A presença de indústrias locais de processamento e beneficiamento da castanha. - A exploração feita tradicionalmente pelas comunidades (existência de mão-de-obra local).

Continua...

Continuação.

OPORTUNIDADES	<ul style="list-style-type: none">- A ocupação e renda para as populações tradicionais locais.- A proteção legal das castanheiras.- A melhoria da qualidade de vida dos extrativistas.- Sustentabilidade da produção garantida.- As indústrias locais com certificações nacionais e internacionais.- A castanha e seu poder nutritivo e requisitado pelo mercado nacional e internacional.- O produto com versatilidade de aplicação e uso (cosmética, alimentação, dentre outras).- A existência de entidades (universidade, órgãos de governo, ONG's, dentre outras) auxiliando as comunidades, empresas na organização/comercialização da castanha).- A castanha ser um produto da Amazônia.
----------------------	---

VII- APOIO AO SETOR/CADEIA DE VALOR DA CASTANHA-DO-BRASIL (CASTANHA-DO-PARÁ) NA CALHA NORTE.

Não foi possível no tempo previsto para esta etapa da pesquisa a coleta de dados referente à atuação de ONG's na região, especificamente atuando no fortalecimento da cadeia de valor da castanha-do-Brasil na região da Calha Norte. Dentro deste contexto foi possível apenas a realização da entrevista com o representante do Imaflora.

Outros aspectos a serem abordados em uma próxima etapa de coleta de dados abordará a questão de políticas públicas voltadas para integração dos coletores/produtores e a possível adesão aos programas de aquisição de alimentos; inserção da castanha no programa nacional de alimentação escolar; acesso a créditos específicos para melhorias na produção; escoamento e comercialização da castanha; a assistência técnica especializada para os agentes do APL/Cadeia da castanha; a formação de viveiros com mudas de castanheiras para recuperação de áreas degradadas e manutenção dos castanhais; apoio ao transporte, inovação e a difusão de informações que potencialize o desempenho do APL e a cadeia produtiva como um todo.

VIII. CONCLUSÃO

Este relatório apresenta os resultados da pesquisa sobre a cadeia de valor da Castanha-do-Brasil (Castanha-do-Pará), onde se buscou identificar os agentes econômicos envolvidos na cadeia de valor da castanha, as redes de comercialização e a respectiva configuração do arranjo produtivo local da castanha com ênfase nos municípios de Oriximiná e Óbidos integrantes da Calha Norte, Pará.

Puderam ser identificadas e discutidas questões voltadas para os problemas, gargalos, oportunidades e potencialidades que permeiam todos os elos da cadeia de valor, do extrativista ao mercado consumidor final (nacional e internacional).

O extrativismo da castanha na região é uma atividade enraizada a fatores culturais e se mantém alicerçada em uma base de trabalho familiar. A atividade por sua vez não vem recebendo a atenção devida quanto a necessidade de melhorias na produção, no manejo, na manutenção dos castanhais, no transporte, armazenamento, escoamento e comercialização fazendo com que a base da cadeia representada pelos extrativistas permaneça sendo o elo mais fraco e onde ocorre a menor apropriação de valor.

A atuação de atravessadores ao passo que representa perdas nas oportunidades de comercialização direta e barganha de preço pelos extrativistas, em alguns casos surge como única alternativa a comunidades e/ou coletores que não tem como arcar com custos de transportes até chegar às usinas de beneficiamento e poder ser autônomo nas transações comerciais.

Os extrativistas vêm se sentindo desestimulados a realizarem as Boas Práticas da coleta a entrega do produto as usinas, em virtude de seus empenhos não se converterem em agregação de valor ao seu produto. Há necessidade de ampliação e capacitação para se trabalhar as Boas Práticas abrangendo o maior número possíveis de comunidades, disseminando as vantagens e fortalecendo as possibilidades de agregação de valor.

A instabilidade na formação do preço da castanha gera inúmeros reflexos da base à exportação, incluindo a formação de mão-de-obra que está sendo feita apenas no período de produção e processamento das indústrias.

As indústrias vêm enfrentando dificuldades em atender aos padrões de qualidade nacional e internacional, ou mesmo aqueles impostos por determinados clientes, principalmente em virtude de não haver no Estado do Pará laboratórios que procedam a análises da matéria-prima aos produtos acabados. Também a questão de falta de incentivo, principalmente em relação a possíveis reduções nos custos de beneficiamento da castanha vem sendo questionada pelo empresariado, como por exemplo, redução de impostos, tarifa diferenciada na energia elétrica, dentre outros aspectos, como vêm se observando ocorrerem na Bolívia, principal concorrente nacional.

Há uma deficiência na visão de arranjo produtivo local e conseqüentemente de cadeia produtiva entre os elos, o que prejudica o desempenho do arranjo e a possibilidade de desenvolvimento local com especialização na atividade.

Existem grandes perspectivas locais de fortalecimento do APL e da cadeia produtiva da Castanha-do-Brasil na região da Calha Norte e o anseio de que o Estado do Pará volte a liderar a produção mundial e exportação da castanha, por ser um produto da sociobiodiversidade com forte apelo comercial (produto amazônico).

O fato de o extrativismo ser uma atividade secular na região, representando um dos ciclos econômicos mais significativos do Estado e, de existirem poucas indústrias de beneficiamento no setor, reforça ser imprescindível o apoio governamental com fomento a melhorias contínuas das atividades e processos configurando-se em reflexos positivos para o desenvolvimento local e regional.

Pesquisadora: M.Sc. Márcia Nágem Krag
Universidade Federal Rural da Amazônia-UFRA

Belém, 02.04.2014.

IX- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, L. M. M. **Terras Quilombolas em Oriximiná: pressões e ameaças**. Comissão Pró-Índio de São Paulo - 1ª Edição, São Paulo, outubro de 2011.

ANGELO, H.; SOUZA, P. R.; NASCIMENTO, Almeida.; ÁVILA PAZ MOREIRA, J. M. M. O custo social do desmatamento da Amazônia brasileira: o caso da castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa*). **Ciência Florestal**, vol. 23, núm. 1, enero-marzo, 2013a, pp. 183-191.

Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/534/53425660016.pdf> - Acesso: 30/03/2014.

ANGELO, H.; ALMEIDA, A. N.; CALDERON, R. A.; POMPERMAYER, R. S.; SOUZA, A. N. Determinantes do preço da castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa*) no mercado interno brasileiro. **Scientia Forestalis**, Piracicaba, v. 41, n. 98, p. 195-203, jun. 2013b.

BANDEIRA, R.; COSLOVSKY, S.; PEREIRA, J.; QUINTELLA, R.; VERÍSSIMO, A. **Potencial Econômico nas Florestas Estaduais da Calha Norte**. Belém: Imazon, 2010.

CENTER FOR INTERNATIONAL FORESTRY RESEARCH-CIFOR, 2009. Best Brazil nut practice in Bolivia. Bogor (Indonesia), Center for International Forestry Research, 2009.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO-CONAB. 2012. Conjuntura Mensal. Castanha do Brasil.2012.

Disponível em:

http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_05_17_15_27_18_conjunturacastanhadobrasilabril2012.pdf – Acesso: 30/03/2014.

COSLOVSKY, S.V. **Determinantes de sucesso na indústria da castanha – como a Bolívia desenvolveu uma indústria competitiva enquanto o Brasil ficou para trás**. Rio de Janeiro, Ebape, 2005. 21p.

FILOCREAO, A. S. M. **A Castanha-do-Pará no desenvolvimento sustentável da Amazônia. Seminário Internacional - Amazônia e fronteiras do conhecimento**. NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - 35 ANOS. Belém: Universidade Federal do Pará, dezembro de 2008.

Disponível em:

<http://www.ufpa.br/naea/siteNaea35/anais/html/geraCapa/FINAL/GT2-445-1470-20081125185245.pdf> - Acesso: 24.03.2014.

PARÁ. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ-IDESP. 2011. Cadeias de Comercialização de Produtos Florestais Não Madeireiros na Região de Integração Baixo Amazonas, Estado do Pará. Relatório Técnico. Belém-PA: IDESP, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. 2003.
Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura. ISSN 0103-8435. Prod. Extr.
Veg. e Silv., Rio de Janeiro, v.18, p.1-43, 2003.

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pevs/2003/default.shtm> -

Acesso: 20/03/2014

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. 2004.
Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura. ISSN 0103-8435. Prod. Extr.
Veg. e Silv., Rio de Janeiro, v. 19, p.1-59, 2004.

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pevs/2004/default.shtm> -

Acesso: 20/03/2014

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. 2005.
Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura . ISSN 0103-8435. Prod. Extr.
Veg. e Silv., Rio de Janeiro, v. 20, p.1-50, 2005.

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pevs/2005/default.shtm> -

Acesso: 20/03/2014

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. 2006.
Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura. ISSN 0103-8435. Prod. Extr.
Veg. e Silv., Rio de Janeiro, v. 21, p.1-45, 2006.

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pevs/2006/default.shtm> -

Acesso: 20/03/2014

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. 2007.
Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura. ISSN 0103-8435. Prod. Extr.
veg. e Silv., Rio de Janeiro, v. 22, p.1-47, 2007.

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pevs/2007/default.shtm> -

Acesso: 20/03/2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. 2008.
Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura. ISSN 0103-8435. Prod. Extr.
Veg. e Silv., Rio de Janeiro, v. 23, p.1-47, 2008.

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pevs/2008/default.shtm> -

Acesso: 20/03/2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. 2009.
Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura. ISSN 0103-8435. Prod. Extr.
Veg. e Silv., Rio de Janeiro, v. 24, p.1-45, 2009.

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pevs/2009/default.shtm> -

Acesso: 20/03/2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. 2010. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura. ISSN 0103-8435. Prod. Extr. Veg. e Silv., Rio de Janeiro, v. 25, p.1-, 2010.

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pevs/2010/default.shtm> –

Acesso: 23/03/2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. 2011. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura. ISSN 0103-8435. Prod. Extr. Veg. e Silv., Rio de Janeiro, v. 26, p.1-55, 2011.

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pevs/2011/default.shtm> –

Acesso: 23/03/2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. 2012. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura. ISSN 0103-8435. Prod. Extr. Veg. e Silv., Rio de Janeiro, v. 27, p.1-63, 2012.

Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pevs/2012/> -
Acesso: 23/03/2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. 2011. Anuários Estatísticos do Brasil: pesquisa da produção da extração vegetal e silvicultura. 2011. ISSN 0100-1299. Anu. Estat. Brasil, Rio de Janeiro, v.71, p.1-1 - 8-74, 2011^a.

Disponível em:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-20RJ/AEB/AEB2011.pdf>

- Acesso dia: 24.03.2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. CIDADES. Pará: Óbidos. Extração Vegetal e Silvicultura. Brasília: IBGE, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. CIDADES. Pará: Oriximiná. Extração Vegetal e Silvicultura. Brasília: IBGE, 2013.

LaFLEUR, James, R. **O mercado da castanha do Pará no Brasil.** Recife: Ecotec, 1993

MARTINS, L; SILVA, Z.P.G; CARRILLO, B. S. **Produção e comercialização da castanha do Brasil (Bertholletia excelsa, h.b.k) no estado do Acre-Brasil, 1998- 2006.** XLVI da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural-SOBER, Rio Branco-AC, UFAC, 2008

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. 2013. Mercado Internacional-Exportação-Produtos Não-madeireiros-Castanha-do-Pará.

Disponível em: <http://www.ciflorestas.com.br/dado.php?id=119&qtd=s> –

Acesso: 29.03.2014

PENNACCHIO, H. L. Castanha-do-Brasil proposta de preço mínimo safra 2006/2007. In **Revista Conab**, jan. - abril, 2007. pp. 124-127, 2007.

Disponível em:

http://www.conab.gov.br/conabweb/download/precos_minimos/proposta_de_precos_minimos_safra_2006_07.pdf - Acesso: 24.03.2014.

REDE AMAZÔNICA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE BIOCOSMÉTICOS – REDEBIO. 2009. Programa de Cooperação para Apoio à Rede amazônica de pesquisa e desenvolvimento de biocosméticos-REDBIO. Termo de Referência. São Luiz: FAPESPA/ FAPEAM/ FAPEMA/ FUNTAC/ SECT/TO, 2009.

SANTOS, J. C.; SENA, A. L. S.; ROCHA, C. I. L. **Competitividade brasileira no comércio internacional de castanha-do-Brasil.** 48º Congresso Sober. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural-SOBER. Campo Grande-MS, 2009.

Disponível em:

<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/31881/1/SOBER-1223.pdf> - Acesso dia: 30/03/2014.

SILVA, S. M. P. Estado e políticas públicas no mercado de castanha-do-brasil no Estado do Acre: uma análise pela abordagem do desenvolvimento local. **Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.** Rio de Janeiro – RJ, v. 4, n. 1, p. 103-128, jun./jul. 2010.

SILVA, Adriano Araújo et al. Potencial do extrativismo da castanha-do-pará na geração de renda em comunidades da mesorregião baixo Amazonas, Pará. **Floresta Ambiente.** [online]. 2013, vol.20, n.4, pp. 500-509. ISSN 2179-8087/ISSN 1415-0980 (impresso).

TAVARES, F. F. **Agregação de valor na Castanha-do-Brasil: o caso da Natura Ekos.** Núcleo de Estudo do Agronegócio – ESPM-SP. Março, 2010.

Disponível em:

http://www.espm.br/Publicacoes/CentralDeCases/Documents/NATURA_LINHA_EKOS.pdf - Acesso: 23/03/2014.

TONINI, H. **Castanheira-do-brasil: uma espécie chave na promoção do desenvolvimento com conservação.** Boa Vista: EMBRAPA-Roraima, 2007.

VILHENA, M.R. **Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento na Economia da Castanha-do-Brasil.** Dissertação de Mestrado (Mestrado em Política Científica e Tecnológica). Instituto de Geociências. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, SP, 2004.